



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIII — N.º 27

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 25 DE MARÇO DE 1958

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 2.º, da Constituição e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas, nos dias 25 e 27 de março, 8 10, 15, 17, 22, 24, 29 de abril e 6 de maio do ano em curso, às 21 horas, no Palácio da Câmara dos Deputados, conhecerem dos vetos presidenciais abaixo enumerados:

Dia 25 de março:

1 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 1.181, de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 92, de 1957, no Senado) que reorganiza as Secretarias do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, cria o respectivo Quadro do Pessoal e dá outras providências.

Dia 27 de março:

2 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 3.930, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 82, de 1957, no Senado) que regula a contagem de tempo do serviço para os paraquedistas militares.

Dia 8 de abril:

3 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 117 de 1955 na Câmara dos Deputados, e n.º 124, de 1957, no Senado) que cria uma taxa especial de propaganda do café no exterior.

Dia 10 de abril:

4 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 1.239, de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 201 de 1957, no Senado) que assegura aos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública, com exercício de atividade estritamente policial, prisão especial, aposentadoria aos 25 anos de serviço e promoção *post mortem*.

Dia 15 de abril:

5 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 15, de 1956, no Senado Federal e n.º 2.752 de 1957 na Câmara) que estabelece em novos moldes, a aposentadoria por invalidez dos trabalhadores vinculados ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários e dá outras providências.

Dia 17 de abril:

6 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 2.181, de 1952 na Câmara dos Deputados, e n.º 151, de 1957, no Senado) que estende aos ferroviários e mari-

timos das empresas incorporadas ao patrimônio da União, os benefícios da licença-prêmio.

Dia 22 de abril:

7 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 2.620, de 1957, na Câmara dos Deputados e n.º 142, de 1957, no Senado) que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1958.

Dia 24 de abril:

8 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 1.546, de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 50 de 1957, no Senado) que cria, no Ministério da Educação e Cultura, o Quadro Especial do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul.

Dia 29 de abril:

9 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 2.158, de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 233, de 1957, no Senado) que dispõe sobre a emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências.

Dia 6 de maio:

10 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 382, de 1955 na Câmara dos Deputados, e n.º 293, de 1956, no Senado) que dispõe sobre as condições para a admissão de nacionais e estrangeiros ao exercício de atividade remunerada no País e sobre a abolição do registro policial de estrangeiro.

Senado Federal, em 17 de março de 1958

Senador Apolônio Sales

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Adiamento de sessões conjuntas

O Presidente do Senado Federal, tendo em vista a circunstância de, segundo informações recebidas, se achar ausente da Capital da República ponderável número de Congressistas e atendendo a apelos que lhe foram dirigidos, inclusive da tribuna da Câmara dos Deputados, resolve transferir para datas a serem oportunamente marcadas as sessões conjuntas do Congresso Nacional que haviam sido convocadas para os dias 25 e 27 do mês em curso, destinadas à apreciação de vetos presidenciais.

Senado Federal, em 21 de Março de 1958

Senador Apolônio Sales

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

Mesa

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República).

Vice-Presidente — Senador Apolônio Sales.

1.º Secretário — Senador Cunha Mello.

2.º Secretário — Senador Freitas Cavalcanti.

3.º Secretário — Senador Victorino Freire.

4.º Secretário — Senador Domingos Vellasco.

1.º Suplente — Senador Mathias Olympio.

2.º Suplente — Senador Prisco dos Santos.

Líderes e Vice-Líderes Da Maioria

Líder: Filinto Müller.

Vice-Líderes:

Gaspar Veloso.

Lima Guimarães.

Gilberto Marinho.

Da Minoria

Líder: João Villasboas.

Vice-Líder: Rui Palmeira.

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Filinto Müller.

Vice-Líder: Lameira Rittencourt.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Lima Guimarães.

Vice-Líderes:

Mourão Vieira.

Saulo Ramos.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.

Vice-Líder: Rui Palmeira.

DO PARTIDO-REPUBLICANO

Líder: Atilio Vivacqua.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Kerginaldo Cavalcanti.

Vice-Líder: Lino de Matos.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Novalis Filho.

Comissão Diretora

Apolônio Sales — Presidente.

Cunha Mello.

Freitas Cavalcanti.

Victorino Freire.
Domingos Vellasco.
Mathias Olympio.
Prisco dos Santos.
Secretário: Luiz Nabuco (Diretor
Geral da Secretaria).

Comissão de Constituição e Justiça

Lourival Fontes — Presidente.
Daniel Krieger — Vice-Presidente.
Gilberto Marinho.
Benedito Valadares.
Gaspar Velloso.
Rui Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Lima Guimarães.
Rui Palmeira.
Atílio Vivacqua.
Lineu Prestes.
Secretário: Odenegus Gonçalves
Leite.
Reuniões: Quartas-feiras, às 10,30
horas.

Comissão de Economia

Carlos Lindenberg — Presidente.
Fernandes Távora — Vice-Presidente.
Alô Guimarães.
Leônidas Melo.
Lima Teixeira.
Alencastro Guimarães.
Argemiro de Figueiredo.
Juracy Magalhães.
Lineu Prestes.
Secretário: Ily Rodrigues Alves.
Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Comissão de Educação e Cultura

Mourão Vieira — Presidente.
Publio de Mello — Vice-Presidente.
Nelson Firmo.
Saulo Ramos.
Ezequias da Rocha.
Reginaldo Fernandes.
Mem de Sá.
Secretária: Diva Gallotti.
Reuniões: Sextas-feiras, às 15,30
horas.

Comissão de Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente.
Vivaldo Lima — Vice-Presidente.
Lameira Bittencourt.
Ary Vianna.
Onofre Gomes.
Paulo Fernandes.
Carlos Lindenberg.
Mathias Olympio.
Lima Guimarães.
Fausto Cabral.
Daniel Krieger.
Juracy Magalhães.
Júlio Leite.
Othon Mäder.
Lino de Mattos.
Novaes Filho.
Auro Moura Andrade.
Suplente:

Gaspar Velloso.
Otacilio Jurema.
Mourão Vieira.
Atílio Vivacqua.
Lineu Prestes.
Mem de Sá.
Secretário: Renato de Almeida Chermont.
Reuniões: Sextas-feiras, às 10 e 30
horas.

Comissão de Redação

Ezequias da Rocha — Presidente.
Sebastião Archer — Vice-Presidente.
Publio de Mello.
Saulo Ramos.
Rui Palmeira.
Secretária: Cecília de Rezende Martins.
Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Finanças

Ezequias da Rocha — Presidente.
Sebastião Archer — Vice-Presidente.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00
Ano	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 23,00
Ano	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Publio de Mello.
Saulo Ramos.
Rui Palmeira.
Secretária: Cecília de Rezende Martins.
Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Comissão de Relações Exteriores

João Villasboas — Presidente.
Bernardes Filho — Vice-Presidente.
Georgino Avelino.
Gilberto Marinho.
Benedito Valadares.
Lourival Fontes.
Gomes de Oliveira.
Rui Palmeira.
Moura Andrade.
Secretário: J. B. Castejon Branco.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde Pública

Reginaldo Fernandes — Presidente.
Alô Guimarães — Vice-Presidente.
Pedro Ludovico.
Vivaldo Lima.
Ezequias da Rocha.
Secretária: Diva Gallotti.
Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

Lima Teixeira — Presidente.
Rui Carneiro — Vice-Presidente.
Lameira Bittencourt.
Waldemar Santos.
Primio Beck.
Arlindo Rodrigues.
Otacilio Jurema.
Silvio Curvo.
Lino de Mattos.
Secretário: Pedro de Carvalho Müller.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

Onofre Gomes — Presidente.
Caiaido de Castro — Vice-Presidente.
Pedro Ludovico.
Sá Tinoco.
Alencastro Guimarães.
Silvio Curvo.
Jorge Maynard.
Secretária: Romilda Duarte.
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente.
Gilberto Marinho — Vice-Presidente.
Ary Vianna.
Nelson Firmo.
Caiaido de Castro.
Neves da Rocha.
Mem de Sá.
Secretária: Ily Rodrigues Alves.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

De Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Jorge Maynard — Presidente.
Neves da Rocha — Vice-Presidente.
Waldemar Santos.
Columbra Bueno.
Novaes Filho.
Secretária: Maria Cherubina Costa.
Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas.

Comissões Especiais De Revisão do Código de Processo Civil

João Villasboas — Presidente.
Georgino Avelino — Vice-Presidente.

Atílio Vivacqua — Relator.
Filinto Müller.
Secretário: José da Silva Lisboa.
Reuniões: Quartas-feiras.

Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos do Código Eleitoral e do Código Partidário.

João Villasboas — Presidente.
Mem de Sá — Vice-Presidente.
Gaspar Velloso — Relator do Projeto do Código Eleitoral.
Gomes de Oliveira — Relator do Projeto do Código Partidário.
Lameira Bittencourt.
Francisco Arruda — Secretário.

De Mudança da Capital

Columbra Bueno — Presidente.
Paulo Fernandes — Vice-Presidente.
Atílio Vivacqua — Relator.
Alberto Pasqualini. (1)
Lino de Mattos.
1) Substituído temporariamente pelo Sr. Primio Beck.
Reuniões: Quintas-feiras.
Secretário: Sebastião Veiga.

Consolidação das Leis do Trabalho.

Senadores

Lima Teixeira — Presidente.
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Othon Mäder.
Kerginaldo Cavalcanti.
Júlio Leite.
Ernani Sátiro — Vice-Presidente.
Aarão Steinbruch — Relator Geral.
Tarso Dutra.
Jefferson Aguiar.
Cunha Mello — Presidente.
Moura Fernandes.
Licurgo Leite.
Silvio Sanson.
Lourival de Almeida.
Raimundo Brito.

Comissão de Reforma Constitu- cional para emitir parecer sobre Projeto de Reforma Constitucional n. 1. de 1956, que altera a Emenda Consti- tucional n. 2.

Atílio Vivacqua — Presidente.
Lima Guimarães — Vice-Presidente.
Gilberto Marinho.
Ruy Carneiro.
Gaspar Velloso.
Saulo Ramos.
Lourival Fontes.
Caiaido de Castro.
Argemiro de Figueiredo.
Alvaro Adolpho.
Alô Guimarães.
Mem de Sá.
João Villasboas.
Daniel Krieger.
Sá Tinoco.
Lino de Mattos.

Comissão Mista de Reforma Administrativa

Horácio Lafer — Presidente.
Gomes de Oliveira — Vice-Presidente.
Gustavo Japaneza — Relator.
Afonso Arinos — Relator.
Bilac Pinto.
Batista Ramos.
Arnaldo Cerdeira.
Filinto Müller.
Ary Vianna.
Cunha Mello.
Columbra Bueno.
Juracy Magalhães.
Bernardes Filho.
Secretários: Lazary Guedes e José da Silva Lisboa.

Comissão de Serviço Público Civil

1.ª REUNIÃO DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 1958

As quinze horas do dia dezanove de março de 1958, na sala das comissões do Senado Federal, reúne-se a Comissão de Serviço Público Civil, presentes os Srs. Prisco dos Santos, Neves da Rocha, Gilberto Marinho, Mem de Sá, Caiado de Castro e Nelson Firmino, deixando de comparecer, com causa justificada, o Sr. Ary Vianna, com o fim especial de dar cumprimento ao disposto no art. 40 do Regimento Interno.

Na forma Regimental, assume a presidência dos trabalhos o Sr. Neves da Rocha, que, após declarar instalada a Comissão e a finalidade da reunião, procede a eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, cujos resultados são os seguintes:

Para Presidente:
Prisco dos Santos 4 votos
Gilberto Marinho 2 votos

Para Vice-Presidente:
Gilberto Marinho 5 votos
Prisco dos Santos 1 voto

Proclamados eleitos Presidente e Vice-Presidente os Srs. Prisco dos Santos e Gilberto Marinho, respectivamente, o primeiro assume a Presidência e agradece a sua eleição.

Após a consulta do Sr. Presidente, fica estabelecido que as reuniões ordinárias da Comissão se realizem às sextas-feiras, às 16 horas.

Nada mais havendo que tratar, às 17 horas levanta-se a reunião, lavrando eu, Julieta Ribeiro dos Santos, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão de Economia

1.ª REUNIÃO DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 1958

Aos vinte e um dias do mês de março de mil novecentos e cinquenta e oito, às quinze horas, na sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Srs. Alencastro Guimarães, Fernandes Távora, Lima Teixeira Argemiro Figueiredo e Leonidas de Melo, reúne-se a Comissão de Economia, para o fim especial de eleger o Presidente e Vice-Presidente para o período legislativo de 1958. Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Carlos Lindenberg, Aló Guimarães, Juracy Magalhães e Lineu Prestes.

De acordo com o art. 40, § 2.º do Regimento Interno, assume a presidência o Sr. Fernandes Távora.

Distribuídas as cédulas e colhidos os votos, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:
Carlos Lindenberg 5 votos

Para Vice-Presidente:
Fernandes Távora 4 votos
Argemiro de Figueiredo 1 voto

O Sr. Presidente proclama eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Srs. Carlos Lindenberg e Fernandes Távora.

Em seguida, o Sr. Fernandes Távora agradece, em seu nome e no do Sr. Carlos Lindenberg, a distinção com que os honraram os seus pares.

O Sr. Presidente, após consultar a Comissão estabelece que as reuniões ordinárias se realizem às terças-feiras, às 16 horas.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião lavrando eu, Ily Rodrigues Alves, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

ATAS DAS COMISSÕES

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

1.ª REUNIÃO DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 1958

Aos vinte dias do mês de março de mil novecentos e cinquenta e oito, às dezesseis horas, na sala das comissões do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Jorge Maynard, Novais Filho, Coimbra Bueno e Waldemar Santos, reúne-se a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, para o fim especial de eleger o Sr. Presidente e Vice-Presidente para o período legislativo de 1958. Deixa de comparecer, com causa justificada, o Senhor Neves da Rocha.

De acordo com o art. 40, § 2.º do Regimento Interno, assume a Presidência o Sr. Novais Filho, que designa escrutinador o Sr. Waldemar Santos. Procedendo-se à apuração nos termos regimentais, o resultado da votação é o seguinte:

Para Presidente:
Jorge Maynard 3 votos
Novais Filho 1 voto

Para Vice-Presidente:
Neves da Rocha 4 votos

Proclamado o resultado, o Senhor Novais Filho agradece a distinção de que foi alvo em presidir os trabalhos da Comissão no último período legislativo. O Sr. Jorge Maynard declara-se honrado com o cargo que lhe foi confiado por seus ilustres pares, agradecendo a confiança nele depositada. O Sr. Waldemar Santos também se congratula com a comissão eleita e pela escolha do nome do Sr. Jorge Maynard para presidente.

Após consulta do Sr. Presidente, fica estabelecido que as reuniões ordinárias da Comissão se realizem às quartas-feiras, às 16 horas.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Maria Cherubina Costa, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

Comissão de Segurança Nacional

1.ª REUNIÃO DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 1958

As quinze horas e trinta minutos, do dia vinte de março de 1958, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. Caiado de Castro, presentes os Senhores Alencastro Guimarães, Pedro Ludovico, Sylvio Curvo e Jorge Maynard, reúne-se a Comissão de Segurança Nacional, com a finalidade exclusiva de sua instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Srs. Onofre Gomes e Sá Tinoco.

Assume, então, a Presidência, na forma do § 2.º do art. 40, do Regimento Interno, o Senhor Pedro Ludovico.

Iniciados os trabalhos o Sr. Presidente designa para escrutinador o Sr. Alencastro Guimarães.

Procedida distribuição de cédulas e apurados os votos verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:
Onofre Gomes 5 votos

Para Vice-Presidente:
Caiado de Castro 4 votos
Alencastro Guimarães 1 voto

O Sr. Pedro Ludovico proclama eleitos os Srs. Onofre Gomes para Presidente e Caiado de Castro para Vice-Presidente.

O Sr. Caiado de Castro, em seu nome e no do Sr. Onofre Gomes, agradece a confiança com que mais uma vez foram homenageados pelos seus nobres pares.

Finalizando a reunião, o Senhor Caiado de Castro, após auscultar os seus colegas, fixa para as quintas-feiras, às 15 horas, os dias de reunião da Comissão.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Romilda Duarte, Secretária da Comissão, a presente Ata que, aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 6.ª SESSÃO DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3.ª LEGISLATURA, EM 24 DE MARÇO DE 1958.

PRESIDÊNCIA DO SR. CUNHA MELLO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Mourão Vieira — Cunha Mello — Alvaro Adolpho — Lauro Bittencourt — Sebastião Archer — Vitorino Freire — Publio de Mello — Waldemar Santos — Mathias Olympio — Leonidas Mello — Onofre Gomes — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Kerginaldo Cavalcanti — Georgino Avelino — Reginaldo Fernandes — Ruy Carneiro — Octacílio Jurema — Argemiro de Figueiredo — Apolônio Salles — Novais Filho — Ezequias da Rocha — Júlio Leite — Jorge Maynard — Lourival Fontes — Neves da Rocha — Juracy Magalhães — Lima Teixeira — Ary Vianna — Sá Tinoco — Arlindo Rodrigues — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Benedito Valladares — Lima Guimarães — Lineu Prestes — Lino de Mattos — Domingos Velasco — Coimbra Bueno — Pedro Ludovico — Sylvio Curvo — João Villaboa — Filinto Müller — Othon Mäder — Gaspar Velloso — Nereu Ramos.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 47 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 1.º Suplente, servindo de 2.º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 4.º Secretário, servindo de 1.º, lê o seguinte:

AVISOS DO SR. MINISTRO DA FAZENDA, NOS SEGUINTES TERMOS:
S. C. 56.776-58.
Aviso n.º 57

Senhor 1.º Secretário:

Tendo em vista os requerimentos dos Srs. Senadores Vitorino Freire e Cunha Mello, sobre operações do Banco de Crédito da Amazônia S. A., tenho a honra de transmitir a V. Ex.ª a inclusa cópia de cabograma do Presidente daquele estabelecimento, em que solicita prorrogação do prazo para prestar os esclarecimentos solicitados, em face da complexidade dos elementos requeridos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.ª os protestos da minha alta estima e distinta consideração. — José Maria Alkmim.

Doutor José Maria Alkmim DD Ministro Fazenda Ministério Fazenda — Rio.

Presi 35 acusa recebimento processos 40466 vg 41266 et 40465 oriundos esse Ministério capeando requerimentos autoria Senadores Vitorino Freire et Cunha Mello pt dado vultu et complexidade elementos requeridos exigindo inclusive pronunciamento, nosa consultoria jurídica visto abordarem matéria sigilo bancário vg solicito vossência conceda mais trinta dias prazo para resposta pt cordiais saudações Joseli Silva, Matos Presidente Banco Crédito Amazônia.

Dê-se conhecimento aos requerentes.

D-s Srs. Ministros da Justiça e Negócios Interiores e Ministro da Aeronáutica, na. 601 e 296, agradecendo a comunicação dos nomes dos integrantes da Mesa que dirigirá os trabalhos do Senado, no corrente ano.

Telegrama do Presidente da Assembléia Legislativa do Amazonas, manifestando o júbilo daquela Casa pela eleição dos Srs. Senadores Cunha Mello e Mourão Vieira, respectivamente para 1.º Secretário e Vice-líder do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa.

QARTA Dos Presidentes das duas Casas que constituem a Dieta do Japão, como segue:

HOUSE OF REPRESENTATIVES TÓKIO

His Excellency Dr. João Goulart President of the Federal Senate — National Congress, Brazil.

Your Excellency,

We the Speaker of the House of Representatives and the President of the House of Councilors of the Japanese Diet have the pleasure of addressing you sincere greetings, and on behalf of the both Houses of the Diet, we wish to invite a delegation of members of both Houses of the Brazilian Parliament to visit Japan as the guests of our Diet.

We are always of the opinion that all the peoples of the world shall form a friendly contact, thereby ever deepening the good understanding of one another, which is a short cut for realizing the peace of world. That such a good understanding shall be carried into effect by the members of the Parliament representing as they do the whole will of nations is most effective and appropriate which should be heartily welcomed by us. Pondering over our friendly relation between Brazil and Japan in the past and considering that the 50th anniversary of Japanese emigration is to take place in June this year, we assure you that it is a splendid opportunity to tighten the ties of friendship existing between the Parliament and peoples of both the countries to welcome your Parliamentary delegation to our country.

We hope most earnestly that you would accept this invitation of ours. Thus we are assured of ever deepening understanding and ever growing friendly relations between Brazil and our country!

Praying for the prosperity of your country and requesting the acceptance of the assurance of our highest consideration. — a) Shuji Masutani Speaker of the House of Representatives — Tsurubei Matsuno President of the House of Councilors.

MEMORIAL Da Federação das Associações de Viajantes, Vendedores e Representantes Comerciais do Brasil, a saber:

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE VIAJANTES, VENDEDORES E REPRESENTANTES COMERCIAIS DO BRASIL — RIO DE JANEIRO.

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal:

A "Federação das Associações de Viajantes, Vendedores e Representantes

das Comerciais do Brasil", entidade que congrega, em sua quase unanimidade, as associações civis representativas das categorias respectivas, vem, muito respeitosamente à alta presença de V. Ex.^a, apresentar as sugestões que lhe parecem oportunas em torno do projeto de lei n.º 2.119-C, de 1956, ora em regime de urgência nessa Casa do Parlamento Nacional, relativo à reforma da estrutura administrativa da Previdência Social.

1. O assunto objeto do aludido projeto de lei encerra a disciplina de interesses relevantíssimos para as classes trabalhadoras do país. Se a Previdência Social objetiva propiciar os meios de manutenção dos trabalhadores em geral e de seus dependentes quando lhes faltar, por qualquer motivo, a capacidade de grangeio de sua própria vida, assim pondo a salvo quanto possível a sua saúde e o seu bem-estar, é evidente que o tratamento jurídico legislativo da matéria interessa, fundamentalmente, a todos os trabalhadores, sem distinção de categorias: e todos merecem, por igual, aquele amparo ou proteção do corpo social em que vivem, apto a espantar, de seu futuro, na invalidez ou na velhice, o medo do desamparo, o medo, a incerteza ou a miséria.

2. Tão relevante é a consideração do tema que, entre nós, tem ele assento na própria Carta Magna, aparecendo, nela, definido como preceito básico, a regra de que a previdência em favor da maternidade e contra as consequências da doença da velhice, da invalidez e da morte, se alcegará no sistema de triplíce contribuição: da União, do empregador e do empregado. E, destarte, obrigatória a contribuição do Governo, que, assim, exprime a participação de todos em encargos sociais de alta monta; e a dos empregadores frente à noção moderna de empresa, organismo de finalidades sócio-econômicas, não representa senão ônus que lhes é imposto em razão dessas finalidades mesmas, entre as quais se inscrevem, preeminentemente, as ligadas ao bem-estar do pessoal a seu serviço.

3. Assim, em nosso sistema constitucional, a Previdência Social aparece sob forma triangular, interessando não somente aos seus beneficiários diretos — os empregados, senão aqueles com os quais cooperam, mediante a prestação pessoal de seu trabalho, os empregadores, e, ainda, a todo o organismo social, que mira à sua própria sobrevivência e ao seu desenvolvimento harmônico.

Se assim é, parece irreversível que, na organização previdenciária, se ouçam essas três vozes, igualmente ponderáveis, desde que se lhes inculque a indeclinabilidade do cumprimento, por igual, das obrigações que, respectivamente, lhes tocam.

4. Fora desejável, na opinião de muitos, que tal organização estivesse entregue à direção dos interessados diretos: empregados e empregadores. A parte a observação, já feita, da orientação constitucional, entre nós trilhada, que parece inculcar, mesmo, a ingerência governamental, é certo que, em muitos lances, a matéria oferece aspectos de nitida coloração pública, envolvendo o exercício do poder do império inerente às organizações oficiais ou estatais; e, por aí, seria difícil conciliá-la com os processos e os recursos técnicos característicos das entidades privadas. Todavia é inegável, também, que se está diante da regulamentação de direitos e benefícios que, por sua índole, demandam, em regra, tratamento desembaraçado das pélias burocráticas e dos entraves que, infelizmente, ainda tolgem, e fundamento, o seu propiciamento em forma e em bases proporcionadas aos generalizados reclamos dos que a eles fazem jus. Volveremos mais adiante, a este aspecto do assunto.

5. — Em suas linhas esquemáticas, o projeto ora analisado desdobra a administração da Previdência Social em duas linhas: a) órgãos de orientação e controle administrativo ou jurisdicional, entre os quais arrola o Departamento Nacional de Previdência Social o Conselho Superior de Recursos da Previdência Social e o Serviço Atuarial; b) órgãos de administração, sob a denominação genérica de "Institutos de Previdência Social", entre os quais arrola os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP), o Serviço de Alimentação da Previdência Social e o Instituto da Casa Popular. Firmando, sempre, como fundamentais, a inferência e a orientação estatais, o projeto, força é convir, buscou temperar, na prática, os males da excessiva burocratização, incluindo, nos conselhos diretores desses órgãos, a representação dos empregados e dos empregadores. Ilustramente escolhidas, pelos respectivos órgãos sindicais, e sempre em bases paritárias, que consideradas uma diante da outra, quer consideradas ambas, cada qual de per si, frente aos representantes do Governo.

E — note-se — ad exemplum, o Departamento Nacional da Previdência Social será dividido por um Conselho Diretor, composto de seis membros: dois nomeados pelo Presidente da República, dois representantes dos segurados e dois representantes das empresas, todos com mandato de 4 anos. E igualmente, mutatis mutandis, quanto aos demais órgãos, quer de orientação, e controle, quer de administração: Conselho Superior de Recursos e Previdência Social, Conselho Administrativo dos IAP e Conselho Fiscal do IAP.

Destarte, parece que, frente à sistemática do projeto, as vozes de empregados e empregadores deverão ter, sempre, a devida ressonância nos conselhos e nas deliberações dos órgãos da Previdência Social, qualquer que seja o seu escalonamento na via organizacional; e, por aí, parece razoavelmente atendida a justa pretensão das classes trabalhadoras — de terem, livremente, a respeito de assunto que condiz tão intimamente, com os seus interesses.

Essa participação das classes interessadas nos comandos da organização previdenciária deverá, todavia, ter sentido mais profundo, de modo a que a mesma administração dos Institutos e os respectivos processos técnicos de ação sejam, amplamente revistos, esboçando-se, deles, tudo quanto remanescente movimento útil ou formalidade meramente burocrática e se tendo em linha de conta que o urge é prestar a devida assistência ao segurado, quando for o caso, em tempo e em forma oportunos. Somente a regulamentação da lei — tarefa de importância primordial — poderá incumir-se de dar corpo ou vida a esse desiderato, transfundindo, quanto possível, nas praxes e normas de ação dos IAP, os processos técnicos adequados e idôneos, trilhados nas seções previdenciárias de nossas associações civis. Se, realmente, as pensões, auxílios ou pecúlios proporcionados por entidades classistas, de índole civil, são adjudicados com a presteza que é notoriamente conhecida, razão não há com que se justifiquem as delongas, tão malsinadas, que, em regra, até agora acompanham os irrisórios ou mínguaos benefícios propiciados pela custosa organização de previdência social do país.

6. — É preciso, assim que se dê o devido desenvolvimento à ingerência das classes interessadas no funcionamento da organização previdenciária, disso se retirando todo o proveito no sentido da desburocratização dos IAP e órgãos correlatos. O custeio dos serviços previdenciários deverá estar sempre presente nas cogitações de seus responsáveis. Quando o quanto

possível, devem ser multiplicadas, por suas evidentes vantagens, as chamadas "comunidades de serviços", de âmbito local ou regional, às quais aludem o artigo 128 e parágrafos do projeto. É preciso, também, que a desburocratização dos serviços se faça de modo, a que, em todo o território nacional, seja pronta a efetiva concessão dos benefícios senão aquelas exigências probatórias ligadas ao "Status" de beneficiário. Não nos parecem razoáveis, assim, as exigências que condicionem a outorga de quaisquer benefícios à prévia menção ou inscrição dos beneficiários, tal como se procede em relação ao auxílio natalidade (art. 33 do projeto). Basta que o interessado faça a prova de satisfazer os requisitos substancialmente ligados a tais auxílios, apartadas, quanto possível, as exigências de sentido puramente formal, que sobre serem incoadunáveis com a evolução jurídica, ainda se dificultam num país como o nosso, marcado, até agora, por notável índice de analfabetismo. Em princípio, pois, a não inscrição poderá ser suprida, indicando, o interessado, mediante comprovação idônea, os nomes dos beneficiários, dentro do lapso prescricional relativo à prestação de que se tratar.

7. — Nessas ordem de idéias, seria de todo conveniente se expressasse que, de modo geral, cargo ou função, qualquer que fosse, seria criado nos IAP e órgãos correlatos, sem a prévia manifestação do respectivo Conselho Administrativo, mediante demonstração cabal de sua estrita necessidade e da impossibilidade de se atribuírem — tais funções — a funcionários ou servidores já admitidos. E, uma vez baixado o regulamento previsto no projeto, seriam revistas as atribuições dos órgãos e cargos dos atuais IAP, de modo a distribuir, entre tais órgãos e cargos, sem a criação de novos ônus para as instituições, as tarefas imprescindíveis aos fins visados com a presente reforma. De acenar-se que a reforma em pauta não é senão revisão da legislação, substantiva da previdência social e dos métodos de sua aplicação. Não compete ao pessoal a serviço dos IAP.

8. — Ponto de suma importância é o que tange ao "quantum" dos auxílios e benefícios. Não nos parece justo, nem mesmo razoável, se diminua esse "quantum" — como se vê no projeto — nas hipóteses de auxílio doença, aposentadoria por invalidez ou por velhice, aposentadoria especial, etc. Ao invés de proporcionar ao segurado, nesses casos, integralmente, o "salário-benefício", a lei — redida, injustificadamente, e isto — saliente-se — em conjunturas nas quais, por motivo de doença, incapacidade ou impossibilidade reconhecida de trabalhar, tem ele necessidade, ainda maior, de contar com esse salário, que é, presumidamente, o mínimo indispensável a que possa fazer face às suas necessidades, agravadas, está visto, com o surgimento desses mesmos imponderáveis. O que se exige é que os serviços médicos de controle funcionem a rigor e dentro em critérios de justiça, para que a lei possa ser bem aplicada: não é concebível, se corte ou diminua o "salário-benefício", precisamente nos momentos em que o segurado dele depende, quicá exclusivamente, impõe-se, aqui, a revisão dos critérios adotados, que não lograram libertar-se da estrambótica e primária orientação, até agora vigente entre nós. A reivindicação tem, ainda, em seu prol, o argumento do tratamento igual a quem quer que trabalhe e seja útil à sociedade e ao país, pois, em relação aos servidores públicos em geral já prevalece a orientação, acertada, aliás de lhes propiciar, na adversidade, na doença, na velhice ou na invalidez, o vencimento integral. Nada justifica,

pois, a canhestra orientação do projeto, quanto a esse aspecto.

9. — Em linhas gerais, como se vê, o projeto parece satisfatório aos fins em vista. Sua esboçada aplicação muito irá depender, como se sabe, da regulamentação a ser baixada pelo Poder Executivo. Mas, as normas nela inscritas, com as correções que, data vênua, preconizamos, — parecem aptas a ensejar se inicie, no Brasil, nova era de previdência social, bastando acentuar que o projeto se preocupou com a situação, já crônica, do débito governamental para com as instituições previdenciárias, dando-lhe solução aceitável (art. 145). Como sugestão final, ocorre-nos, ainda, a de serem os IAP obrigados a publicar, na primeira quinzena de janeiro de cada ano, amplo e promenorizado relatório sobre sua gestão, financeira, aplicação de seus dinheiros, arrecadação, rendas eventualmente recolhidas, etc. Tal relatório deverá ser enviado a todos os sindicatos de classe da região de que se tratar, além de publicado nos órgãos oficiais. E aos sindicatos e associações regularmente organizadas será reconhecida a facilidade de solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre a aplicação orçamentária dos IAP, deferindo-se, ainda, aos mesmos sindicatos e associações, desde que autorizados por escrito, pelos interessados, a facilidade de acompanhar, independentemente de quaisquer existências outras, os papéis e processos relacionados a tais interessados, obrigados, os órgãos previdenciários, a lhes prestar todas as informações necessárias e os despachos proferidos.

10. — São estas, Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal, as sugestões que esta Comissão tem a honra de oferecer a essa Colenda Casa do Parlamento Nacional ao ensejo da discussão, da chamada "Lei Orgânica da Previdência Social".

Renovamos a V. Excia. os protestos de nosso profundo respeito. — Adherbal da Costa Moreira — Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Orbin Mader primeiro orador inscrito. (Pausa).

Não está presente. Tem a palavra o nobre Senador Lino de Matos, segundo orador inscrito.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, dentro da orientação a que nos propomos, de absoluta independência — no critério — aqueles atos governamentais passíveis de censura, tem como no tópicos que o mereçam, registro, desta tribuna os agradecimentos ao Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas Comandante Lúcio Meira, pela atenção com que, antecipando-se à resposta oficial que deve dar ao nosso requerimento de informações, a propósito da importação de máquinas rodoviárias para os Municípios brasileiros, enriqueceu-nos com data de 19 do corrente mês, a seguinte carta:

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Gabinete do Ministro:

Rio, 19 de março de 1958.
Eminentíssimo Patríco, Senador Lino de Matos.
Deparamos no Diário do Congresso Nacional, de 26 de fevereiro pretérito, com a publicação do Requerimento n.º 33, de 1958, em que V. Exa. solicita informações a este Ministério, em relação a importações de máquinas rodoviárias para os Municípios, ao amparo do Decreto n.º 41.097/57.
Antes mesmo de recebê-lo, desejamos apresentar ao nobre Senador,

por meio desta, as informações cabíveis em relação ao assunto.

Como é do conhecimento de V. Exa., o Banco de Importação e Exportação, dos Estados Unidos da América, desejando facilitar ao governo brasileiro a importação de máquinas necessárias à execução de seu programa de construção de estradas de rodagem, concordou em financiar por cinco anos 60% de uma importação global de US\$ 65.000.000,00, fixada de acordo com as autoridades competentes do Banco do Brasil, face aos encargos do orçamento cambial do País.

Dos 40% restantes, 20% seriam à vista, pelos adquirentes e os 20% restantes seriam financiados pelos próprios fabricantes.

Essas foram as ocorrências que deram origem ao Decreto n.º 41.697 citado, onde se incluiu uma parcela de US\$ 7.000.000,00, para atender às necessidades de todos os Municípios no que diz respeito à importação de máquinas rodoviárias.

As outras parcelas que perfazem o total de US\$ 65.000.000,00 são uma de US\$ 7.000.000,00, para o DNRE, outra de US\$ 18.000.000,00, para os Estados e Distritos Federal e finalmente, US\$ 33.000.000,00, para os empreiteiros que estão executando as obras constantes do Plano Rodoviário Nacional.

Aconteceu, todavia, que a soma dos pedidos apresentados pelas 1.150 Prefeituras que se dirigiram à Comissão de Máquinas Rodoviárias, atingiu cerca de US\$ 21.000.000,00, que serão reduzidos a quase US\$ 14.000.000,00, se aqueles pedidos se restringirem a uma única máquina por Município. Além disso, a Comissão foi identificada pela Carteira de Câmbio de que aqueles US\$ 7.000.000,00 estavam reduzidos ao saldo disponível de apenas US\$ 4.358.810,69.

O reforço da dotação dos Municípios exige novos entendimentos com o Eximbank, desaconselhados, no momento, pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, devido ao vulto dos compromissos em dólares norte-americanos, já assumidos pelo governo.

Face ao ocorrido, este Ministério promoverá a distribuição daquela salda pelas Prefeituras que já comprovarem a existência de recursos em moeda nacional, distribuindo-se seus pedidos a uma única máquina por Município, a fim de poder atender ao maior número deles.

Simultaneamente, este Ministério está estudando a importação de máquinas de outros países com situação cambial mais favorável, em relação ao nosso e colorem em oferecer as mesmas bases de financiamento, para atendimento dos Municípios que o desejarem.

Cordiais cumprimentos. — Lúcio Meira.

Senhor Presidente, conforme disse de início, o Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas antecipou-se, mesmo, à chegada do ofício do Senado àquele Ministério. Louvando-se no noticiário da Imprensa, apressou-se em informar a esta Casa as razões pelas quais será impossível atender aos mil cento e cinquenta municípios brasileiros interessados no recebimento de máquinas rodoviárias.

Segundo se depreende da carta amiga do Comandante Lúcio Meira, do total de sete milhões de dólares, destinados a esse objetivo, restam apenas cerca de quatro milhões e quinhentos mil dólares na Carteira própria do Banco do Brasil.

Trata-se como se vê, desde logo, de importância insignificante para fazer face ao volume das necessidades municipais.

Depreende-se, também, dessa missiva, que o Banco do Brasil não está facilitando ao Ministério de Viação e Obras Públicas o atendimento dos pedidos das Prefeituras Municipais, por isso que, alegando dificuldades cambiais do momento, não dá cum-

primento ao preceituado no Decreto n.º 41.097, de 1957.

Em última análise, é sempre a correia arrebentando pelo lado mais fraco, no caso, o Município; por isso, em seu detrimento, surge essa impossibilidade do atendimento na importação de máquinas rodoviárias.

Sr. Presidente, a oportunidade é propícia a que nos reportemos, ainda uma vez, às facilidades inexplicáveis da SUMOC, facilitando a transferência de equipamentos, sem coberturas cambiais.

Enquanto naquele Departamento se verificam as ocorrências por mim denunciadas, tudo se concedendo em benefício das transferências de equipamentos industriais, no caso do Ministério da Viação e Obras Públicas — quando se tratar de dar armas para a vida do município, sangue às municipalidades, para que produzam e engrandecam a economia nacional nada se faz em favor do miserável município, com suas estradas esburacadas e arrebentadas, sem possibilidade de consertá-las, por falta de recursos.

De qualquer maneira, no entanto, registro a atitude do Comandante Lúcio Meira, dando-me, por antecipação, resposta a requerimento que formulei sobre a importação de máquinas rodoviárias para os municípios brasileiros.

Passo, Sr. Presidente, ao segundo assunto.

Encaminharei à Mesa requerimento de informações, desta feita dirigido ao Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, assim redigido:

“Requeiro à Mesa, nos termos do Regimento, solicito ao Exm.º Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, as seguintes informações:

1.ª Se foram mandadas adotar normas para o cumprimento da Lei n.º 3.205, de 15 de julho de 1957, pelas repartições vinculadas ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;

2.ª Em caso afirmativo, quais as medidas adotadas para a classificação de Tesourarias, tendo em conta o enquadramento dos servidores beneficiados pelo citado mandamento legal;

3.ª Na hipótese da inexistência de normas que padronizem a aplicação da Lei n.º 3.205-57 indicar os critérios já adotados pelas repartições mencionadas, no que respeita ao enquadramento dos servidores beneficiados pelo mesmo diploma legal, particularizando a orientação tomada pelo IAPI, para o Estado de São Paulo.

Justificação

As constantes reclamações que temos recebido dos interessados no que se refere à aplicação da Lei n.º 3.205, de julho de 1957, justificam a apresentação deste pedido de informações, cujo objetivo primordial é o de colaborar com a administração na solução de problema que deflui da forma de aplicação de certo diploma legal, onde os fundamentos consubstanciam uma razoável soma de interesses.

II — A Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, escalonou as Tesourarias das repartições subordinadas ao Ministério da Fazenda, classificando-as em 5 categorias, de acordo com os pagamentos ou movimentação de valores que realizassem.

III — Nesse mesmo diploma, além da classificação aludida, se fez, também, o enquadramento dos servidores beneficiados pelo mesmo mandamento legal, já que se determinava, expressamente, um certo padrão funcional para os servidores lotados nas tesou-

rias correspondentes às regiões escalonadas.

IV — Prescrevia o art. 1.º da Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948:

“Art. 1.º As tesourarias das repartições subordinadas ao Ministério da Fazenda, são classificadas em cinco (5) categorias, de acordo com a arrecadação, os pagamentos ou a movimentação de valores a seu cargo da forma seguinte:

1.ª categoria — Tesourarias de movimento superior a dois (2) bilhões de cruzeiros, compreendendo as do Distrito Federal e Estado de São Paulo: Tesoureiro, cargo em comissão, padrão O; Tesoureiro-Auxiliar, cargo isolado padrão M.

2.ª categoria

V — Posteriormente, a Lei n.º 3.205, de 15 de julho de 1957, alterou o disposto no art. 1.º da Lei n.º 403-48, prescrevendo nova classificação de tesourarias, elevando os limites de arrecadação e movimento de valores, instituídos para efeitos de enquadramento, e determinando novos padrões funcionais para os servidores nela lotados.

VI — Reza a Lei n.º 3.205, de 15 de julho de 1957:

“Art. 1.º O Art. 1.º da Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1.º As Tesourarias de movimento superior a Cr\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de cruzeiros), compreendendo as do Distrito Federal e Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul: Tesoureiro cargo em comissão, símbolo CC-3; Tesoureiro-Auxiliar, cargo isolado, símbolo CC-5.

VII — A aplicação desse novo diploma legal, todavia, vem proporcionando uma série de conflitos dentro da pública administração, em tese, oriundos da não uniformização das medidas adotadas para o seu fiel cumprimento.

VIII — Não raro se observa, dentro de um mesmo município, repartições que dão aplicação distinta do mesmo preceito legal criando um clima de incompreensão e desajustamentos.

IX — Por esses motivos, alguns ministérios têm feito aprovar normas que facilitam sobremaneira a aplicação da lei, fixando-a em termos uniformes para as repartições que lhes são vinculadas (Portaria de 2 de dezembro de 1957, do Ministério da Viação e Obras Públicas, aprovando parecer do DASP, para aplicação da Lei n.º 3.205-57, D. C. de 4-12-57, pág. 27.161).

X — As repartições ligadas ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, como são ser o IAPI — segundo temos informações através de inúmeros apelos que recebemos, carecem dessa uniformização de princípios, no constante à aplicação da Lei n.º 3.205-57, o que constitui, caso procedam esses apelos, lacuna que cumpre reparar.

XI — Esses os motivos que entendemos justificar o presente requerimento de informações.

Sr. Presidente, o requerimento que encaminharei à Mesa resulta de número sobremaneira elevado, de pedidos que me fazem pessoas interessadas, esclarecendo que as disposições constantes da lei a que me referi, ou

seja a de n.º 3.205, de 1957, não estão sendo observadas nos Institutos de Aposentadoria subordinados ao Ministério do Trabalho.

Confesso, lealmente, não dispor de elementos para confirmar ou negar a reclamação apresentada.

Nestas condições, a maneira pela qual me habilitarei a, posteriormente, formular críticas, é o requerimento de informações. É bem possível nada exista e, nesse caso, se o Senhor Ministro do Trabalho, a semelhança do que fez o seu colega da Viação, desde logo fornecer os elementos esclarecedores do assunto, estarão os interessados informados, e a minha missão parlamentar cumprida. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Apolinário Sales, terceiro orador inscrito. (Pausa)

S. Ex.ª não está presente. Tem a palavra o nobre Senador Ezequias da Rocha, quarto orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS DA ROCHA:

Sr. Presidente, não obstante notícias de cruvas no Piauí e Ceará, continuam a ressoar os clamores que vêm do Nordeste.

No meu Estado, a situação é calamitosa. É o que referem notícias que de lá me chegaram.

Ainda agora recebi telegrama de velho amigo, Sr. Jeremias Gomes Costa e outros conterrâneos, informando-me da falta de água na cidade de Paulo Jacinto, onde desde setembro último não chove. Diz-me também, em carta, o Sr. Oswaldo Scuto que estão sofrendo grandes prejuízos alguns fazendeiros do sertão alagoano. Na zona da mata, é grande a redução da safra de cana.

O Sr. Leonidas Mello — Permite V. Ex.ª um apelo?

O SR. EZEQUIAS DA ROCHA — Com todo o prazer.

O Sr. Leonidas Mello — Associe-me ao apelo que V. Ex.ª dirige, neste momento, à Nação. Também de diversos pontos do meu Estado continuo a receber inúmeros telegramas sobre a calamidade da seca.

O SR. EZEQUIAS DA ROCHA — Agradeço o aparte de V. Ex.ª. Muito seria, pois, a situação em meu Estado.

Segundo já nos informou o Senador Ruy Carneiro, o Presidente da República prometeu todo apoio aos nordestinos, promessa já concretizada com a assinatura de dois decretos abrindo crédito no total de Cr\$ 150.000.000,00 pelo Fundo de Socorro Contra as Secas. Além desses decretos, o Ministro Lúcio Meira pediu a liberação de todas as verbas consignadas no orçamento e destinadas a estradas, açudes e irrigações no Polígono. E mais ainda, o Presidente Juscelino Kubitschek declarou que se esses recursos não fossem suficientes, abriria novos créditos extraordinários. Como se vê, o Governo Federal está empenhado em levar às vítimas da seca todos os recursos necessários para enfrentarem vantajosamente os maléficos efeitos do flagelo.

Diante dessas providências, estou certo de que os sertanicos alagoanos serão socorridos, não lhes faltando trabalho e, consequentemente, os meios de subsistência, que os livrarão da fome e da miséria a que os atirou a inclemência da seca.

Sr. Presidente, não posso deixar de aplaudir as rápidas medidas do Presidente da República, que vêm significar o seu interesse pelo Nordeste e a sua sensibilidade diante dos sofrimentos

mentos dos seus compatriotas daquela região.

Quero aqui, também, assinalar o gesto humano e fraterno de São Paulo diante do flagelo. O Governador Jânio Quadros, preocupado com as consequências da calamidade, depois de afirmar "que seu Estado não pode ficar indiferente à sorte daquela região," determinou que o titular da Secretaria do Trabalho viajasse ao Nordeste e verificasse, in loco a situação, apresentando-lhe, de volta, seu relatório.

Por sua vez, o Sr. Francisco Franco, do P.R. daquele Estado, apresentou à Assembléia Legislativa projeto de lei autorizando o Poder Executivo a despendar dez milhões de cruzeiros com os socorros aos flagelados.

Com essas providências, São Paulo, para cujo engrandecimento tem contado com o braço e a inteligência dos nordestinos, revela não só seu reconhecimento à capacidade dos vigorosos colaboradores do seu progresso, mas também o sentido nacional que norteia o espírito público de seus filhos e preside aos seus destinos.

A São Paulo, ao seu Governo, ao seu grande povo, os agradecimentos de Alagoas, através deste seu representante nesta Casa. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Lamieira Bittencourt, quinto orador inscrito. (Pausa).

Não está presente.

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

É lido o seguinte

Requerimento n. 73, de 1958

Requeremos, com fundamento no art. 125, parágrafo único, letra "b", do Regimento Interno, sejam prestadas pelo Senado Federal as seguintes homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Lago, cidadão ilustre que representou o Estado da Bahia nesta Casa do Congresso Nacional:

1) inserção, na ata dos nossos trabalhos, de um voto de profundo pesar pelo seu desaparecimento;

2) apresentação de condolências à família e ao Estado da Bahia, por intermédio do seu Governador.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1958. — Juracy Magalhães. — Neves da Rocha. — Jorge Maynard. — Fausto Cabral. — Ezequias da Rocha. — Ary Vianna. — Gilberto Marinho. — Alvaro Adolpho. — Pedro Ludovico. — Sá Tinoco. — Argemiro de Figueiredo. — Sylvio Curvo. — Leônidas Mello. — Públio de Mello. — Domingos Vellasco. — Fernandes Távora. — Onofre Gomes. — Cunha Mello. — Mathias Olympio. — Júlio Leite. — Nereu Ramos.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Juracy Magalhães, inscrito, para encaminhar a votação do requerimento.

O SR. JURACY MAGALHÃES:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, duas notícias dolorosas ferem meu coração no momento em que assumo a tribuna: faleceram na Bahia, ontem, o Dr. Pedro Lago e o Engenheiro Roberto Fugas Tavares. O primeiro, cidadão cheio de serviços à Pátria, concluiu sua grande vida aos oitenta e oito anos de idade, depois de ter honrado e dignificado vários postos em sua província natal e no Parlamento brasileiro. O outro era um jovem cheio de esperanças, com uma mensagem não dada, em nome de sua geração, para o futuro.

Paraninfara seu casamento, há três meses apenas, honrado que fui pela sua amizade, herança da que me liga a seus dignos progenitores.

Formado pela Escola Politécnica da Bahia, conquistara esse moço, por concurso, um posto de engenheiro na Petrobrás, na refinaria Landulpho Alves, para pouco depois lhe serem ceifadas esperanças e a própria vida.

Rendo-lhe essa homenagem afetiva, ao mesmo tempo em que cumprio o dever de encaminhar o requerimento, através do qual o Senado se vai associar ao pesar da Bahia e do Brasil, pela perda do ilustre filho daquela Província, o ex-senador Pedro Lago.

Sr. Presidente, se vínculo a mocidade e a velhice num preito só, é porque meu espírito, turbado, pela emoção do desaparecimento dessas vidas, que conheci e acompanhei, não me permitiria neste instante falar de outro modo. Se ao homenagear um me impele o dever de homem público, ao reverenciar o outro atendo às inspirações do meu sentimento de amigo.

O Sr. Neves da Rocha — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Pois não, com todo prazer.

O Sr. Neves da Rocha — Mais uma vez, meu nobre colega, associamo-me a V. Ex.ª, já agora para reverenciar a memória de dois baianos ilustres: o ex-Senador Pedro Lago, que acaba de falecer na Bahia, — notícia desagradável de que tive conhecimento ao chegar a Plenário — e o colega distinto, jovem e esperançoso engenheiro, o Dr. Roberto Fugas Tavares. Conheci Pedro Lago, muito de perto. Foi, como V. Ex.ª disse, um grande baiano, que prestou relevantes serviços à nossa Pátria. Senador da República, ficou-lhe devendo a terra natal grandes realizações. Poucos dias antes da Revolução de 1930, era o Senador Pedro Lago eleito governador da Bahia. Grandes eram as esperanças dos baianos na atuação que desenvolveria esse eminente homem público na Chefia do Executivo. Essas, Senador Juracy Magalhães, as palavras que, neste momento doloroso para nosso Estado, desejava proferir, associando-me às homenagens que V. Ex.ª está prestando aos eminentes baianos há pouco desaparecidos.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Muito obrigado a V. Ex.ª.

O Sr. Gilberto Marinho — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Pois não.

O Sr. Gilberto Marinho — Pediria a V. Ex.ª expressasse também o pensamento da Maioria que, subscrevendo o requerimento por V. Ex.ª formulado, já se havia manifestado. Desejo, porém, fazê-lo mais expressivamente; e a melhor forma que encontro é a de associar-se e pedir a V. Ex.ª que, nas palavras que está proferindo, seja o intérprete autorizado da Maioria, não só na homenagem que está prestando ao grande e saudoso brasileiro Pedro Lago, mas também ao jovem engenheiro baiano, cujas qualidades o nobre colega merecidamente exalta neste instante o que correspondia a uma das maiores esperanças da terra baiana.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Agradeço os apertes dos nobres colegas, Senador Neves da Rocha e Gilberto Marinho, cujas palavras conferem prestígio e autoridade às considerações que venho fazendo desta tribuna.

Sr. Presidente, o Dr. Pedro Lago pertencia a uma escola política que deixou raízes profundas na Bahia. Integrou-se e viveu desde os alvares de sua mocidade nas fileiras

do "Severinismo". O velho Severino Vieira legou à Bahia uma tradição de lealdade, de dignidade e de amor à palavra empenhada. Pedro Lago, Me-deiros Netto, Prisco Paraiso e tantos outros conterrâneos ilustres enriqueceram as fileiras daquele agrupamento político, que trazia a nota de um personalismo ainda não extinto em nossa vida republicana.

Exercia Pedro Lago essa lealdade com aquele *savoir faire*, com aquela bondade, com aquele bom senso que lhe eram inatos. Cultivava amizades, servia a correligionários, mas não plantava rancores no coração de outros seres humanos. Por isso mesmo, ele, que teve longa vida cercado sempre do respeito e da admiração da Bahia, morreu deixando uma lacuna imperecível na vida pública baiana pois a sua palavra era sempre ouvida como a de um conselheiro experimentado e inspirado pelo mais autêntico amor à terra em que nasceu.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. JURACY MAGALHÃES — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Devo declarar a V. Ex.ª que me incluo entre os grandes admiradores de Pedro Lago pois era não simplesmente um político admirável mas, sobretudo, um cavalheiro.

O SR. JURACY MAGALHÃES — O nobre colega tem inteira razão em fixar esses aspectos da personalidade daquele que nasceu em Santo Amaro, município das maiores tradições da fidalguia baiana. Ali se cultivava a cana de açúcar há algumas centenas de anos e a nobreza da gente que ali habitava é conhecida, reconhecida e proclamada como um dos flores mais altos da civilização da terra baiana.

Descendente daquele Município, Pedro Lago foi fazer o curso jurídico, como tantos outros rapazes brasileiros, na Faculdade de Direito de Recife, de onde voltou para ingressar na atividade pública como Promotor da Capital da Bahia.

Segundo a vocação política que lhe era constitucional, que com ele nasceu, Pedro Lago iniciou as suas atividades na política partidária, como Deputado estadual, de 1893 e 1894; galgou a deputação federal em 1906 e sempre como homem de oposição, teve reeleições sucessivas até 1923, pelo 1.º Distrito da Capital.

Os mais velhos contam a lhanura de trato com que procurava o eleito, ao tempo ainda em que o chefe político cavalgava para visitar os eleitores, de casa em casa, auscultando as necessidades de seus representantes e fixando raízes de amizades que resistiriam a todos os ostracismos.

Firmou Pedro Lago prestígio inabalável, que o levou à eleição de governador do Estado da Bahia, o mais ansiado e desejado cargo de toda a sua vida. Não pôde ele, no entanto, exercê-lo. Acontecimentos políticos determinaram a Revolução de 1930 e cortaram-lhe a aspiração mais sentida.

Além de Deputado Federal, honrou Pedro Lago o Senado da República de 1923 a 1930. Paio singular deve ser assinalado: veio ele substituir, nesta Casa a grande figura de Ruy Barbosa, sob cuja chefia trabalhara, durante grande parte da existência e com quem exercera atividades jornalísticas no "Diário da Bahia", que o "Águia de Haia" chamava de "sua primeira escola, saudosa lida de suas primeiras lides". Neste Plenário, serviu Pedro Lago à República e ao seu Estado, com a dedicação que sempre o caracterizou.

Após a Revolução de 1930, foi ele, novamente, Deputado Federal de 1935 a 1937, tendo deixado de completar o mandato por força do golpe de 10 de novembro de 1937.

Sr. Presidente, ele, que exerceu todos esses cargos, fez sempre imprimindo-lhes a marca da bondade, do coração e do seu nobre espírito.

Eis por que nós, baianos, em particular, o Senado da República e a Nação choramos, na sua morte, a perda de um cidadão útil à Pátria e à sociedade. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está aprovado.

A Mesa cumprirá a decisão do Senado. Associa-se, outrossim, sinceramente, às homenagens prestadas à memória do grande companheiro e do ilustre político, Pedro Lago, figura inesquecível da formidável campanha civilista, ao lado de Ruy Barbosa.

Vai ser lido requerimento do nobre Senador Lino de Mattos.

É lido e apoiado o seguinte

Requerimento n. 74, de 1958

Tendo em vista o ofício lido no expediente da presente sessão pelo qual a Dieta do Japão convida o Congresso brasileiro a enviar uma delegação de Senadores e Deputados em visita àquele país, ao ensejo das comemorações do cinquentenário do início da emigração japonesa para o Brasil; tendo em vista, ainda, que a Câmara já deliberou fazer-se aceitar o convite, requeremos sejam designados quatro Senadores para participarem da delegação.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1958. — Lino de Mattos.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o requerimento.

(Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, dot a discussão por encerrada.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados.

(Pausa).

Está aprovado.

Em obediência à indicação dos respectivos Partidos, designo os Nobres Senadores Victorino Freire, Calado de Castro, Prisco dos Santos e Lino de Mattos.

O SR. JOÃO VILLAFBOAS:

(Pela Ordem) — Sr. Presidente, indicado o Senador Prisco dos Santos para representar a Bancada da União Democrática Nacional, recebi de S. Ex.ª a declaração de que lhe era impossível fazer essa viagem, no momento.

Pediria a V. Ex.ª aguardasse, até amanhã, nova indicação da Bancada Udenista. — (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa aguarda a indicação de V. Ex.ª.

Continua a hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE:

Vai ser lido outro requerimento.

É lido e deferido o seguinte

Requerimento n. 75, de 1958

Requeiro à Mesa, nos termos do Regimento, solicite do Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, as seguintes informações:

1.º Se foram mandadas adotar normas para o cumprimento da Lei n.º 3.205, de 15 de julho de 1957, pelas repartições vinculadas ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;

2.º Em caso afirmativo, quais as medidas adotadas para a classificação de Teseurarias, tendo em conta o enquadramento dos servidores beneficiados pelo citado mandamento legal;

3.º Na hipótese da inexistência de normas que padronizem a aplicação da Lei n.º 3.205-57, indicar os critérios já adotados pelas repartições mencionadas, no que respeita ao enquadramento dos servidores beneficiados pelo mesmo diploma legal, par-

ticularizando a orientação tomada pelo IAPI, para o Estado de São Paulo.

Justificação

As constantes reclamações, que temos recebido dos interessados no que se refere à aplicação da Lei n.º 3.205, de julho de 1957, justificam a apresentação deste pedido de informação, cujo objetivo primordial é o de colaborar com a administração na solução de problema que defluiu da forma de aplicação de certo diploma legal, onde os fundamentos consubstanciam uma razoável soma de interesses.

II — A Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, escalonou as Tesourarias das repartições subordinadas ao Ministério da Fazenda, classificando-as em 5 categorias, de acordo com os pagamentos ou movimentação de valores que realizassem.

III — Nesse mesmo diploma, além da classificação aludida, se fez, também, o enquadramento dos servidores beneficiados pelo mesmo mandamento legal, já que se determinava, expressamente, um certo padrão funcional para os servidores lotados nas tesourarias correspondentes às regiões escalonadas.

IV — Prescrevia o art. 1.º da Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948:

"Art. 1.º As tesourarias das repartições subordinadas ao Ministério da Fazenda, são classificadas em cinco (5) categorias, de acordo com a arrecadação, os pagamentos ou a movimentação de valores a seu cargo, da forma seguinte:

1.ª categoria — Tesourarias de movimento superior a dois (2) bilhões de cruzeiros, compreendendo as do Distrito Federal e Estado de São Paulo; Tesoureiro, cargo em comissão, padrão "O"; Tesoureiro-Auxiliar, cargo isolado, padrão "M".

2.ª categoria

V — Posteriormente a Lei número 3.205, de 15 de julho de 1957, alterou o disposto no art. 1.º da Lei n.º 403-48, preservando nova classificação de tesourarias, elevando os limites da arrecadação e movimento de valores, instituídos para efeitos de enquadramento, e determinando novos padrões funcionais para os servidores nela lotados.

VI — Reza a Lei n.º 3.205, de 15 de julho de 1957:

"Art. 1.º O Art. 1.º da Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1.º As Tesourarias de movimento superior a Cr\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de cruzeiros), compreendendo as do Distrito Federal e Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul: — Tesoureiro, cargo em comissão, símbolo CC-3; Tesoureiro-Auxiliar, cargo isolado, símbolo CC-5.

VII — A aplicação desse novo diploma legal, todavia, vem provocando uma série de conflitos dentro da pública administração, em tese, oriundos da não uniformização das medidas adotadas para o seu fiel cumprimento.

VIII — Não raro se observa, dentro de um mesmo município, repartições que dão aplicação distinta ao mesmo preceito legal, criando um clima de incompreensão e desajustamentos.

IX — Por esses motivos, alguns Ministérios têm feito aprovar normas que facilitam sobremaneira a aplicação da lei, fixando-a em termos uniformes para as repartições que lhes são vinculadas (Portaria de 2 de dezembro de 1957, do Ministério da Viação e Obras Públicas, aprovando parecer do DASP, para apli-

cação da Lei n.º 3.205, D. O. de 4-12-57, pág. 27.161).

X — As repartições ligadas ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — como são ser o IAPI — segundo temos informações através de inúmeros apelos que recebemos, carecem dessa uniformização de princípios, no tocante à aplicação da Lei n.º 3.205-57, o que constitui caso procedam esses apelos, lacuna que cumpre reparar.

XI — Esses os motivos que entendemos justificar o presente requerimento de informações.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1958. — *Lino de Mattos*.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SR. GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa oficiará à Academia Brasileira de Letras, transmitindo a homenagem prestada pelo nobre Senador Gilberto Marinho ao ilustre historiador desaparecido, Afonso Escagnolle Taunay.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Apolônio Salles.

O SR. APOLONIO SALLES:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: quem visita frequentemente o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, vai por certo notar, de agora em diante, uma grande falta. Os apreciadores daquele magnífico repositório da ciência, acostumaram-se a ver ali um homem de idade cabelos brancos, de passo vagaroso, gentil até com as crianças. Era o Sr. Geraldo Kuhlmann, cientista brasileiro, naturalista exímio, que, durante cinquenta anos, serviu ao País, dedicando-se, de corpo e alma, ao estudo e às pesquisas da Botânica. Ao mesmo tempo, na sua missão e na sua fé, como pesquisador, tinha a vocação extraordinária de doutrinador e preceptor de todos os que se interessassem pelos assuntos referentes à sua especialidade.

Geraldo Kuhlmann faleceu quase de repente e foi ontem inumado no cemitério público do Rio de Janeiro. Morreu paupérrimo em uma enfermária do Hospital Miguel Couto; desapareceu deixando atrás de si série imensa de trabalhos de pesquisa profunda em torno dos segredos da Botânica. Deixou também, Sr. Presidente, atrás de si, quantidade invulgar de admiradores, não somente entre os que com ele cooperaram na elevação do Jardim Botânico à altura de um dos mais afamados institutos de pesquisa botânica, mas também entre aqueles que privaram da sua amizade e puderam admirar suas qualidades de homem, de pai de família e funcionário exemplar.

Estava aposentado desde septuagenário; e nos últimos anos de vida que lhe restavam, todos os dias, religiosamente, ia ao Laboratório do Jardim Botânico. Ali conseguia o custo, e talvez com a má vontade e os protestos de alguns, uma salinha, onde estudava, pesquisava e — quem sabe? — matava as saudades do tempo de moço, quando ia às florestas distantes do País, como fez no Amazonas, Mato Grosso e no Nordeste, a procurar as jóias da botânica brasileira, para fazê-las conhecidas no mundo.

Teve dissabores enormes. Mais de uma vez, quiseram tirar-lhe a casa em que vivia, no Jardim Botânico e

em que as altas autoridades deixavam-no viver, como homenagem do Brasil ao cientista pobre e dedicado. Recentemente mesmo, nos últimos dias de sua vida recebeu intimação para não mais criar os cães de estimação que mantinha na sua habitação de mais de trinta anos.

Desgostoso, viu colocado, no lugar da cadeira em que se sentava no seu laboratório improvisado, um banco, como se alguém quisesse testemunhar pouco apreço àquela catedral de ciência, que era o cérebro do homem culto, ontem desaparecido.

Sr. Presidente, tive a honra de ser Ministro da Agricultura e amparar aquele cientista com o desinteresse do prestígio que merecia. Hoje, quero apenas, modesto representante de Pernambuco, reverenciar a memória daquele que, apaixonado pela botânica, soube ser bom como as plantas, que não fazem mal a ninguém. Talvez não tenha recebido em vida a gratidão dos homens como muitas vezes, elas também não recebem.

Aqui, apenas, a homenagem do amigo e modesto agrônomo, a Geraldo Kuhlmann, um dos maiores botânicos do Brasil. (Muito bem!).

O SR. LINO DE MATTOS:

(Para explicação pessoal. Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, confesso, com a lealdade que deve caracterizar a todos mandatários do povo, que estava no propósito de ocupar a tribuna, hoje, para falar sobre a personalidade de Afonso d'Escagnolle Taunay. Desejava fazê-lo tendo em mãos os discursos proferidos em São Paulo à beira do túmulo do grande e inolvidável morto. Infelizmente não consegui receber em tempo hábil esses documentos, razão pela qual transfiro para amanhã a incumbência a que estou obrigado, primeiro, como brasileiro segundo, como admirador sem limites do homem de letras, do historiador, do brasileiro de tradições — Afonso d'Escagnolle Taunay — e, finalmente, como mandatário do povo de São Paulo, onde viveu nosso patriota e onde mais produziu em benefício da Pátria comum.

Nessas condições, solidário com a atitude do eminente colega Gilberto Marinho, falando, hoje, sobre a personalidade de Afonso d'Escagnolle Taunay, assumo o compromisso de na sessão de amanhã trazer os discursos mencionados para a transcrição nos Anais. Trata-se de depoimentos de brasileiros que, à beira do túmulo de Afonso d'Escagnolle Taunay, na hora derradeira, falaram sobre o eminente vulto, razão por que sinto a necessidade de que se perpetuem nos Anais desta Casa.

O Sr. Nereu Ramos — Permite V. Ex.ª um aparte? (Assentimento do orador) — Poderá V. Ex.ª interpretar o sentimento de Santa Catarina, de onde era filho o eminente brasileiro.

O SR. LINO DE MATOS — Com muita razão se registre neste meu modesto discurso, o aparte do eminente Senador Nereu Ramos de solidariedade ao seu conterrâneo, ao ilustre brasileiro, nascido em terras de Santa Catarina.

Era o que deseja dizer. (Muito bem).

O SR. LIMA TEIXEIRA:

— Sr. Presidente, peço a palavra para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE:

— Tem a palavra o Sr. Lima Teixeira, para explicação pessoal.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, ao chegar ao Senado, tive conhecimento de que o nobre Senador Juracy Magalhães acabava de prestar homenagem à memória do ex-Senador Pedro Lago, falecido em Salvador. Como repre-

sentante da Bahia, associo-me ao requerimento de pezar por S. Ex.ª enviado à Mesa.

O ilustre ex-Senador Pedro Lago deixou em minha terra traços marcantes da sua personalidade, não só pelo ardor com que se empenhou nas campanhas cívicas travadas no meu Estado, como também pela sua dedicação ao ideal democrático.

Deputado Federal durante longo período, posteriormente, Senador da República, substituindo Ruy Barbosa nesta Casa, logo depois foi eleito Governador da Bahia, mas não empossado, em virtude da Revolução de 30.

Homem de traços marcantes, de personalidade firme, dotado de grande capacidade de trabalho e, sobretudo, pela sua dedicação e seu amor à Bahia, merece, Sr. Presidente, que, nesta hora, como representante da Bahia, me solidarize com as homenagens prestadas à sua memória. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

— Está esgotada a hora do expediente.

A Ordem do Dia consta de trabalho das Comissões.

Vou encerrar a sessão. Designo para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1 — Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n.º 31, de 1957, originário da Câmara dos Deputados que aprova o ato do Presidente da República que determina a intervenção federal, por sessenta dias, no Estado de Alagoas, nos termos do Decreto n.º 42.266, de 14 de setembro de 1957, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 43 e 44 de 1958, das Comissões: de Constituição e Justiça; e de Segurança Nacional.

2 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 252, de 1957, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de ... Cr\$ 10.000.000,00, como reforço, para atender às despesas finais decorrentes da visita, ao Brasil, do Presidente da República Portuguesa, tendo parecer favorável, sob n.º 54, de 1958, da Comissão de Finanças.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 15 horas e 30 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENADOR ASSIS CHATEAUBRIAND NA SESSÃO DE 6 DE DEZEMBRO DE 1954, QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND:

Sr. Presidente, a crise de Suez está às portas de todos os países que dependem do petróleo importado. Ela afeta direta ou indiretamente sejam os consumidores da Venezuela, sejam os do Oriente Médio. A atmosfera anda cheia de inquietação, ante a soma de obstáculos que poderão resultar de uma mais dilatado prazo para a desobstrução do Canal, que separa os dois continentes. Tudo pode acontecer, como resultante da ação de um adversário perverso do Ocidente como o ditador Nasser. Entretanto, o campeonato das Cem Milhas, no autódromo de Interlagos, em São Paulo não foi suspenso. Vai ser corrida uma prova temerária como são todas as carreiras de gênero, e a qual não significa senão outra temeridade, em face das circunstâncias excepcionais por que atravessa o mercado de produção do óleo no mundo.

Ao lado da má notícia, isto é, de uma mais distante desobstrução do Suez, poderemos oferecer outra e essa mais otimista sobre o café. A informação que tive agora em São Paulo, é a de que um numeroso grupo de lavradores paulistas pretende

fazer no ano vindouro uma campanha, a fim de que não se faça mais exportação que dê por paus e por pedras, ou sejam, vendas no exterior do produto ensacado com paus e pedras, como constatou o Dr. Mario Penteado em sua última viagem aos Estados Unidos. Até bolas de gude o antigo presidente do IBO chegou, em sacas do produto nosso que foram abertas em sua presença.

Se assim pudermos fazer, senhor presidente, dentro de três anos estaremos exportando de cafés baixos uma quota muito inferior àquela que presentemente vendemos. Precisam convencer-se os brasileiros que daqui se exportam os piores cafés do planeta.

Deve o Brasil fugir tanto quanto possível à produção intensa de cafés baixos. Na marcha de plantações novas em que vai o mundo entre 1938 e 1939, entraremos em um período de apocalipse. Não sei o que há de ser desta pobre pátria brasileira sem nada, mas absolutamente nada que ofereça como sucedâneo do café em sua pauta de exportação. Se é certo o que se anuncia, como decisão amadurecida pela experiência dos paulistas na órbita do café de exportação só uma coisa receamos: é que por idêntico caminho não tomem também os cafeicultores dos outros Estados. Não basta produtividade mas também produtividade e qualidade.

Mas café fino não se produz com debates no Centro do Comércio do Café do Rio, nem discussões na Rural de São Paulo. É preciso que o crédito seja dispensado aos lavradores para que eles se possam preparar a fim de fazer face ao volume das despesas acrescidas que representa uma transformação da produção dos tipos baixos em outras melhores. Urge oferecer à nossa clientela um produto limpo em lugar das varreduras e do lixo que exportamos.

Não há negar que café fino não é privilégio de nenhuma zona. Em todas se obtém esse tipo de café — o que não quer dizer que não existam zonas privilegiadas pela própria natureza para a produção dos cafés de qualidade. A da Mogiana em São Paulo e sul de Minas são duas delas. O Espírito Santo que era a pátria dos "duros", já está produzindo cafés finos que nos surpreendem.

O SR. NOVAIS FILHO — Muito bem! Para modificar a técnica agrícola do Brasil tirando a nossa lavoura da rotina em que ela vive mergulhada, os recursos financeiros, fornecidos pelo Estado são indispensáveis.

RACIONAMENTO NA EUROPA, DESPERDÍCIO NO BRASIL

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Obrigado ao nobre lavrador de Pernambuco. Mas não foi esse o móvel que me trouxe à tribuna, quero confessá-lo à Casa senão o de insistir mais uma vez nas consequências funestas que estão decorrendo para o meu país do monopólio estatal do petróleo. Ele funciona como uma calamidade pública igual à do México e da Argentina e nós tinhamos e temos o dever de trabalhar em petróleo aproveitando a experiência e a lição dos outros povos, que no ramo operam há mais tempo e com resultados muito mais profícuos do que os conseguidos pelos jacobinos mexicanos e argentinos.

Acabo de regressar da Inglaterra, onde fui retomar certos estudos e investigações que ali costumava fazer no intuito de procurar reaproximar os nossos valiosos mercados, os quais tanta influência já tiveram um sobre o outro. Não me explico porque a Inglaterra e o Brasil, que operaram junto tantos anos nas linhas de um comércio cheio de vitalidade hajam perdido o respectivo interesse pelas

suas mesmas fontes de produção. E a pressão desse deplorável desinteresse que lhes consagrou o labor de algumas das viagens que nos últimos dois anos tenho feito a Europa.

O Brasil não pode resignar-se e contrariar quase que exclusivamente óleo da Grã-Bretanha e a vender-lhe mela duzia de libras de laranjas e madeiras.

Ao deixar Londres o país se achava empenhado na luta pela economia do petróleo. Eram tomadas medidas severas não só contra o desperdício senão também para a restrição do essencial. Outro tanto na Suíça onde para tomar avião da S. A. S. permaneci algumas horas na cidade de Genebra vindo da metrópole inglesa. Do aeroporto à cidade se apresentavam dificuldades de transporte ao turista. Era sábado e o racionamento entrara em vigor. Assistíamos a reação diante do fechamento de Suez. Deparávamos a mesma qualidade drástica das providências inglesas, onde mais de 50.000 carros particulares foram atingidos em Londres por um corte de 30% em seu suprimento de gasolina. Toda a Europa ocidental, senhor presidente a esta hora se encontra sob o regime de compressão do uso pelo menos de um dos combustíveis líquidos.

Entretanto, ao descer aqui não vejo senão otimismo em torno de consequências da obstrução do canal de Suez. As autoridades brasileiras do petróleo desafiavam a situação de anormalidade do Oriente Médio em termos de confiança quanto à regularidade das entregas do cru para as refinarias do país e outros suprimentos de refinados. Corridas de automóveis continuam sendo programadas na capital paulista para os próximos dias. A displicência é geral. Não encontra petróleo disponível à vista (afora no Recôncavo baiano) a Petrobras em parte alguma. O mundo está cheio de inquietações e receios a respeito das disponibilidades de óleo. Pode ser que nada de mais grave aconteça. Isto não quer dizer que o contrário também não se venha a dar como quase toda a Europa disponível à vista (afora no Recôncavo baiano) a Petrobras em parte alguma. O mundo está cheio de inquietações e receios a respeito das disponibilidades de óleo. Pode ser que nada de mais grave aconteça. Isto não quer dizer que o contrário também não se venha a dar como quase toda a Europa antevê.

Mas porque os monopolistas indigenas refinam aqui o óleos dos outros, reina um impavido otimismo, quanto à próxima emancipação do Brasil do petróleo estrangeiro.

Para o nacionalista brasileiro, o problema do petróleo não está resolvido achando-o em nosso subsolo, senão refinando o cru dos outros, dentro das fronteiras do país. A chave da questão se encontra assim simplificada.

Antes de partir para a Inglaterra, onde só demorei uma semana, fui ao Maranhão. Era eu ali paraninfo do centenário da cidade de Pinheiros. Aprendiz que sou de agricultura e pecuária, na visita que fiz à região da Baixada maranhense, com a sua bela exposição de animais e produtos da terra, procurei abranger oitrossim a zona de pesquisa do petróleo, que é contígua a de Pinheiro. Um sonda nova se achava erigida em Santa Helena. A sua guarnição era americana, com exceção de um jovem engenheiro brasileiro. Toda a gente do pelotão de Santa Helena era acolhedora e simpática. Achava-se a perfuração a mais de 2.000 metros, sem resultados satisfatórios até então. Não sou até aqui de índole menos desanimadora as atividades da Petrobras em Balsas, no Riachão, ao sul do Estado. Como poderia ser ao contrário, senhor presidente?

Um território da extensão da província maranhense requer no mínimo

cinco mil wild-caters e cinco mil sondas, em face das esperanças que deposita no seu subsolo um perito do prestígio internacional do Sr. Linch.

Haverá de ser porém com dois ou três gatos pingados, armados de duas sondas, que um problema da magnitude do petróleo, possa ser tratado nas condições que observei, na província que tenho a honra de representar no Senado? Assim como Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa dialogavam com o mundo, no século passado, em termos de universidade, o petróleo, que se esconde no fundo da terra, não dispensa outro tratamento. Só poderemos tratá-lo em termos de diálogo com o capital estrangeiro. E esse, aqui não existindo, temos que ir conversar lá fora.

ÓLEO, MERCADORIA INTERNACIONAL

É o óleo uma mercadoria internacional. Por isso mesmo requer, naqueles que vêm discutí-lo e tratá-lo, mentalidades amplas, do mesmo tipo universal com que Gonçalves Dias tratava a poesia e João Francisco Lisboa os problemas políticos e sociais do seu tempo.

Um dos traços melancólicos do Brasil, senhor presidente, é a espessa ignorância da maioria das seções das suas elites, que se supõem especializadas nos assuntos de economia. Aqui está um exemplo. Há mais de trinta anos que procuro demonstrar a natureza internacional do petróleo. Não existe mercadoria mais internacional e, por isto mesmo, menos nacional do que esta. Toda vez que uma nação tente tratar o petróleo em termos de nacionalismo sucede o que está ocorrendo com o petróleo do Recôncavo da Bahia. Nosso produto dali extraído, tendo um elevado teor de parafina e outro baixo de viscosidade, a sua verdadeira aplicação fóra para lubrificantes.

O ideal, portanto seria que o Brasil importasse para as suas refinarias outro óleo, menos nobre, trocando-o pelo nosso cru parafinado, para o refino do qual não dispomos ainda de instalações adequadas.

Um perito alemão de petróleo, conversando o ano findo comigo em Dusseldorf, dizia-me:

— "Cometéis um verdadeiro crime refinando para combustível o vosso óleo de parafina. Não sei o que custa o vosso processo de extração nem o de refino desse óleo, mas deve o governo do Brasil estar pondo muitos milhões de dólares fora, só pelo fato de tratar erradamente uma matéria-prima, que se destina a uma finalidade menos dispendiosa, em vez de explorá-la numa base de rendimento comercial mais alto.

A utilização da rotina, que se fez no Recôncavo e no Cubatão do óleo do país, quando fóra possível empregá-lo, em resultados econômicos maiores, demonstra a penúria do espírito comercial dos dirigentes brasileiros para compreensão da necessidade da internacionalização do problema do óleo. Agora, o ideal fóra a troca do nosso óleo cru de maior valor econômico, por outro estrangeiro, de inferior rendimento, a esse

E por que não se fez ass? É que nisto entra um aspecto emocional, tão peculiar às elites de baixo nível de caráter e de inteligência a fim de trazer aos seus problemas chaves positivas, em lugar de colações pueris de românticos do patriotismo e de sentimentos do patriotismo.

O Brasil é o país típico dos absurdos. Somos uma nação onde se exportava, faz pouco tempo, no governo Café Filho, cafés baixos tipo 4 Santos, como "riados". O Instituto Brasileiro do Café, durante o governo desse illustre paredro, tentou registrar "riados" como "moles". Assim se vendia lá fora por 130 cruzeiros uma mercado-

ria que aqui se exportava por 75... E isso explica porque grandes bancos americanos sustentam a existência de um volume espantoso de dólares nossos, no exterior, em consequência do câmbio negro assim feito.

O Sr. Othon Mäder — Apoiado! O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND

— Nós não aceitaremos jamais como forma de aptidão a competência da exacerbação nacionalista para resolver o problema do petróleo. Somos contrários, por experiência própria ao napel da rotina do Estado, quando se lhe entrega o monopólio da exploração do petróleo. No Brasil, a não ser algum vago nacionalista sincero, mas estreito de visão, a grande maioria dos que adotam a tese estatal o fazem sob pressão da propaganda soviética. Os brasileiros se mostram, em certas camadas da sua sociedade, benevolentes, e acolhedores na aceitação as doutrinas vermelhas, feitas expressamente para uso dos nacionalistas botocudos da América e da Ásia.

E a manobra russa está em curso, e com êxito porque aquilo a que ela visa é justamente que não se tenha aqui petróleo, ou que o tenhamos numa proporção incapaz de contribuir para a prosperidade brasileira, ou seja para a solução do problema dos combustíveis entre nós.

Neste caso, quem é no Brasil o agente aberto, ostensivo da Rússia, senão a Petrobras? Quais os "profiteurs" da sua ação negativa senão os chamados "trusts" internacionais do petróleo?

O órgão da vaidade xenófoba de uma seção do povo brasileiro é o seu aparelho monopolístico do petróleo. Ele é que impede que nos tornemos "self sufficient" desse produto e ao mesmo tempo seu exportador, como são Peru, Venezuela, Canadá e Estados Unidos só para citar povos deste continente que não adotaram o compasso do monopólio estatal.

DIRIGISMO ESTATAL, UMA ÚLCERA

Ouçá-me por caridade a Casa. Foi a 13 de maio do ano findo que se anunciou que havia jorrado o petróleo em Nova Olinda. Estamos em dezembro de 1936. Caiu depois sobre Nova Olinda uma pedra sepulcral. Jamais se falou do que acontecera ou do que estava para acontecer na baranca do Madeira, onde ao que parece, um novo poço está sendo aberto. Enquanto isso ocorre quem se ceva no consumidor brasileiro? Quem nos fornece quase todo o cru de que carecemos, senão o estrangeiro, mesmo porque o suprimento do Recôncavo pouco ultrapassa de 25 mil barris?

Na música de minueto, em que vai a Petrobras no Vale amazônico, o petróleo ali em termos de comércio, só será para daqui a quarenta anos. É a lição da experiência petrobrasiana. É o ritmo do seu andar lento, que é o passo de tudo que aqui como lá fóra, significa máquina controlada pelo Estado.

Já tenho dito várias vezes nesta Tribuna, que a maior úlcera que corrompe o organismo político e administrativo do Brasil, é o seu dirigismo estatal. Temos o Estado, talvez, mais irresponsável do planeta. A macrocefalia estatal traduz um monstruoso processo de deformação que gangrena nosso organismo coletivo. Aqui se encontram seções enormes da nossa economia ao poder público que, sendo inepto por si mesmo, requita deploravelmente para o consumidor.

A posição de comando do Estado à testa de centenas de serviços públicos, dos quais tem o monopólio, custa a bem dizer a ruína da economia nacional. Multiplicam-se os abusos. Marinha Mercante, nas suas mãos, é uma calamidade. As estradas de ferro, uma catástrofe. O monopólio do petróleo

significa 200 milhões de dólares, que o país desembolsa para ter um produto que o Estado não logra tirar de baixo da terra. O governo em toda parte (e eu vi pessoalmente como ele é inepto, no campo da siderurgia, em um país dos níveis de competência e de moralidade da Suécia) não logra vencer o clima de selaxamento de incompetência e de abuso da gestão estatal em qualquer ângulo da sua atividade.

Os exemplos da sua incapacidade se acumulam a granel. Mercadorias e serviços produzidos pelo Estado brasileiro representam custos unitários exageradíssimos como tudo o que é aqui manipulado pelo poder público. Monopólio do Estado, no nosso país, quer dizer desajuste administrativo, com impossibilidade para produzir bem, barato e a tempo. Regozijam-se os petroleiros do ufanismo, ingenuidade com a existência do óleo no fundo da terra, pois que a outra coisa não equivalem as nossas intervenções no assunto, numa região da extensão do território maranhense, armados que estamos de inexorável esperanças, e tendo para realizá-las dois poços pioneiros.

O Sr. Gaspar Velloso — É a pura verdade.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Riquezas latentes, matérias primas potenciais não valem como capital, de riqueza. Onde prevalece uma tal convicção, dominam a leviandade política e a burocracia administrativa. Não existe país civilizado no planeta onde se fale pelo potencial de riqueza adormecido como expressão de prosperidade nacional. Estados Unidos, Canadá, Peru, Venezuela, Colômbia, Porto Rico, dinamizam tudo o que têm com o braço, a técnica e o capital nacionais, se possível, mas também com estes três elementos estrangeiros, se necessário. O patrimônio físico de um país ou é trabalhado, ou não existe. O nosso é, em grande parte, inexistente porque, paupérrimos de recursos para o mobilizar, não consentimos em que os capitais externos venham desempenhar a função, que somos impotentes para exercê-la em face dela. Se nossa poupança não dá para os investimentos que tantos tesouros a céu aberto desafiam, se existe um caminho, a fim de não deixar bloqueadas riquezas que, uma vez inatingidas nada representam para a prosperidade nacional. E' trabalhá-las com os elementos de força que ainda somos um país de imigração.

Se quiser medir a irresponsabilidade do Brasil diante dos fatores a elaborar para promover o seu progresso, é suficiente tomar o que se faz com o petróleo. Para não deixar que o estrangeiro nos ajude a procurá-lo e a explorá-lo, pagam-se 280 milhões de dólares de imposto a esse mesmo estrangeiro. Tal o preço do medo pago pelos brasileiros a um capital, de que temos velha experiência, mas do qual agora se faz um fantasma, disposto a devorar os figados da soberania nacional.

As reservas de petróleo mundiais se distribuem pela seguinte maneira: — Oriente Médio (digo-o de memória), 93 bilhões de barris; Estados Unidos, 30 bilhões; Venezuela e Rússia, 10 bilhões. De todas essas regiões e de todos estes países apenas a Rússia, a Rússia exclusivamente, não tolera investimentos estrangeiros nos negócios do petróleo. Só tem os Estados Unidos, 10,46% das disponibilidades petrolíferas.

Pensam que eles se estão inquietando com isso? Nenhuma restrição ali existe, seja para a exploração dos derivados, seja para a exportação do cru. Essa linha de conduta é a linha de governo de um grande Estado que, em nenhuma época da sua história viu o cérebro dos seus dirigentes roído pelos parasitas que comem os miolos juvenis e pueris aos nossos.

Em 1955, os Estados Unidos encontravam reduzido de treze por cento o que tinham como reservas, e o fato não incomodou a nenhum americano, porque entre 1945-55 as suas disponibilidades passaram de vinte a trinta bilhões, enquanto que o Oriente Médio, que se encontra sob o seu ascendente e o da Inglaterra, viu as suas, em dez anos, voando de 18,5 bilhões de barris para 93 bilhões.

Graças a quem o Oriente Médio descobriu tão prodigiosas reservas de óleo? Tão somente devido ao capital estrangeiro e à técnica avançada que o acompanha. Donde os Estados árabes, como o nosso, iriam mobilizar os imensos recursos financeiros e técnicos, que os Estados Unidos e a Inglaterra ali investiriam para descobrir os filões negros e industrializá-los em tão pouco tempo? Só a Grã Bretanha tem no Oriente Médio mais de 530 milhões de libras esterlinas.

O Sr. Othon Mäder — Não temos, como eles não tinham outra solução. Um Estado não tem o direito de dormir impotente sobre os seus lençóis de petróleo.

NOVA OLINDA

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Nova Olinda, Senhor Presidente, é, em todos os sentidos, o testemunho legítimo da incapacidade do Estado Brasileiro para tratar um problema da importância do óleo.

Eu pergunto a Casa: transformásemos as Lights e as Telephonics da Brazilian Traction em outras tantas Petrobrases e Telephobrases, que sucederia ao Brasil?

O pipocar de outros tantos e calamitosos Lloyds e Centrais do Brasil no carcomido organismo administrativo da nação.

O Brasil sabe que tem o petróleo no Madeira não é de hoje.

T. C. White, o geólogo norte-americano contratado por Lauro Müller para estudar o nosso caryô, no começo do século, escreve no seu relatório, que tenho aqui em mão, pois faz 40 anos ele é um dos meus livros de cabeceira: "Se um dia, no Brasil, se encontrarem grandes depósitos de petróleo, tais depósitos terão que se apresentar na região que o Amazonas cora". Nestas condições os trabalhos de perfuração da Petrobrás no vale amazônico, deveriam cercar-se do máximo de garantias para que, uma vez encontrado o óleo, nada se pudesse perder, sobretudo em questão de tempo. Pois a advertência não foi feita na hora justa?

Aqui no sul ainda se ignora que, tendo surgido o petróleo em Nova Olinda não existiam no local, sequer, reservatórios temporários para recolhê-lo. Foi preciso que a pequena refinaria particular de Manaus mandasse, depois com duro esforço, um reservatório do seu estoque. Pior ainda, encontrado o lençol petrolífero, o poço não pôde produzir o teste desejado, por falta pressão ao óleo para chegar à superfície da terra. O resto é uma página triste, já sabida de incompetência no trato da qualidade do cimento para revestir o poço. *Glissez mortel...*

Temos assim um poço pioneiro aberto, sem as condições técnicas indispensáveis. Pelo malogro não deverão ser responsabilizados os nossos bravos e cuidadosos técnicos, mas sim as circunstâncias mesmas de um monopólio estatal, precário e descuidado por natureza, a fim de aprovisionar do equipamento próprio os trabalhos dos seus poços pioneiros.

Eu já disse à Casa o que significa uma pesquisa em plena selva, numa região onde tudo falta para que o combustível possa jorrar em condições satisfatórias.

O Brasil não pode pensar em menos de trezentos milhões de dólares, aplicados só em sondas para encon-

tar uma razoável pesquisa do combustível líquido na região amazônica. Este dinheiro em doze e pelos seis bilhões de cruzeiros, permitiriam seiscentas sondagens por ano. Mesmo assim, um tal capital significa esforço mesquinho, quando se pensa que a Venezuela fura 5.000 poços por ano, e só o Texas 20.000.

Onde encontraria esses dólares, a administração de um país que ate o pequeno fundo de garantia da sua circulação fiduciária (300 milhões), está empenhado aos norte-americanos, para remunerar empréstimos, em larga parte de consumo, que fizemos nos Estados Unidos, quando a administração Gudin teve que pagar os restos dos atrasados comerciais, que o Senhor Horácio Lafer não pode regularizar, senão que uma parte deles respondia pelo desastre da exportação do café em 1954? (Pouco mais de 10 milhões de sacas, foi essa exportação). 1954 foi o ano em que o Brasil tentou o golpe de uma valorização fracassada de preços e a qual, acredito, terá sido a última da nossa vida de cafeicultores. Não teremos mais fôlego para tanto.

No orçamento da Petrobrás há duas parcelas em moeda estrangeira: importação de equipamento e ordenados de técnicos estrangeiros. São ambas verbas dispendiosas.

Na Espanha, no contrato que fez o seu governo com a CALTEX, atuou uma certa precaução de resguardo nacionalista. Ele fez saber à sua sociedade que o governo de Madrid desejava participar das atividades pioneiras com sondas de 3.000 metros, uma vez frustradas as tentativas com as outras, de possibilidades de perfuração menos profundas.

O ano atrasado foi o governo espanhol chamado a contribuir para a aquisição das sondas de maior profundidade, e que custam 1,5 milhões de dólares. Disse-me um membro do governo Franco:

— "Dura para nós é esta obrigação, depois do malogro de todas as tentativas feitas até aqui para achar o óleo no território espanhol!"

O consólio para o governo espanhol é que as grandes despesas realizadas para descoberta do óleo no seu território metropolitano até agora frustrada, pagou-as uma companhia americana.

ECONOMIA SUFOCADA

Tenho articulado em vezes, senhor presidente, aqui e fora daqui, que sou inteiramente cético quanto à existência de recursos à nossa mão, para tentar o governo do Brasil, na base do monopólio estatal, uma aventura destas. Soube que o orçamento da Petrobrás para o ano vindouro, em aquisição de sondas, não atinge a quinze milhões de dólares! Que representa tal ninharia, quando os estudos que pude manusear de um grupo ítalo-belga-francês, que pretendeu aqui operar em 1955, na base apenas da pesquisa, como da iniciativa privada, imaginava uma soma de 120 milhões de dólares por ano só para compra de equipamento?

Ignoro se algum dos colegas da Casa tem contato com os mercados de dinheiro, no exterior, interessados no financiamento do petróleo. Eu os tenho sondado, tanto nos Estados Unidos, na Inglaterra como na Holanda, na Suíça e na França.

Num dos meus últimos contatos em Zurich, com o presidente de um dos maiores bancos da Confederação, ele disse-me textualmente:

"Seu país deverá perder, toda a esperança de achar capitais na Europa para financiar o monopólio estatal, em que os senhores insistem, do petróleo. Têm os senhores um comércio externo excessivamente insólito, a par de uma dívida consoli-

dada, nos Estados Unidos, a qual já anda beirando pela casa dos dois bilhões de dólares. Ninguém compreende, aqui na Suíça e fora daqui, a obstinação dos brasileiros em não dar participação aos capitais e à técnica estrangeira no negócio do petróleo. E' justamente esse nacionalismo hermetico o que mais dificulta as concessões de recursos, em divisas, para o Brasil pesquisar e explorar o seu combustível líquido.

O próprio presidente da República, na viagem que empreendeu aos Estados Unidos e à Europa, antes de se empossar, se identificou perfeitamente com o pensamento que acabo de enunciar. Ora, a permanência do monopólio estatal da Petrobrás implica no desinteresse dos mercados estrangeiros de dinheiro pelo problema do petróleo no Brasil.

Petróleo é risco, e risco não há quem deseje corré-lo, sobretudo tratando-se de um governo cujo Tesouro é demasiado fraco para suportá-lo.

Esquecem os brasileiros que temos três moratórias de dívida externa, pesando nos cálculos dos banqueiros lá fora, que pensam em ajudar-nos.

Tive o prazer de ler há pouco o projeto do Mercado Comum Europeu. Se o Brasil pretendesse ou pudesse a ele aderir amanhã, não lograria fazê-lo. O projeto proíbe os monopólios governamentais nos Estados-membros, e a Petrobrás é um deles.

Dêsse modo, a verdade a reconhecer e proclamar é que o Brasil, ainda que vendendo cem milhões de dólares de café por mês represente uma economia sufocada para tentar a exploração do petróleo a curto prazo.

Porque só a curto prazo é que paga a pena tentar o golpe do óleo, num país como o nosso, que sofre uma sangria pesada pelo que compra lá fora, desse produto.

Andamos em marcha batida para a importação de trezentos milhões de dólares, só este ano, de petróleo e seus derivados.

O café, em marcha não menos acelerada para a superprodução, e, portanto, para a desvalorização dos seus preços, continuará a nos produzir dólares para enfrentar tamanha hemorrhragia?

O Sr. Novais Filho — A situação, como a pinta V. Exa. será já em futuro próximo de causar apreensões. Não esqueçamos porém, que Deus é brasileiro.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Suponho que já deve andar cansado de filhos tão cabeçudos e tão pouco inteligentes.

Que iremos fazer? Pois já não estamos vivendo e pensando na dependência do estrangeiro, para satisfazer todas as nossas necessidades energéticas, até porque as estruturas de produção e consumo de energia, baseadas no poder hidrelétrico que temos, dependem, para trabalhar, das indústrias européias e norte-americanas? As nossas usinas hidrelétricas e as refinarias de petróleo estão a todo momento precisando de peças de reposição, para manter o seu ritmo atual, o que mostra até que ponto vivemos na dependência das indústrias de fora, já não digo para o ritmo de qualquer expansão, senão para o "statu quo" da sua rotina.

A AMEAÇA EGÍPCIA

Repito à Casa o que tenho dito no Brasil, desde quando regressel de Londres, há uma semana. Ali reina uma atmosfera de apreensão quanto ao futuro da desobstrução do Canal de Suez. Existem 45 vapores afundados entre o Mar Vermelho e o Mediterrâneo, obra desse chefe de horda que é o ditador camaleonesco do Cairo.

Pode-se esperar tudo do bando revolucionário que assaltou o governo do Egito. Quanto tempo levará o Canal para ser ligado de novo aos fins pacíficos de civilização, para os quais o construíram Lesseps e o rei egípcio? As forças, que estão neste momento em jogo no Próximo e no Oriente Médio, não são elementos que discutam a política em termos de chancelarias democráticas do ocidente europeu de hoje, mas dentro das linhas grosseiras dos seus manteve-se ileg. do momento, que são os senhores vermelhos. Com um duplador de primário, o Cel. Nasser tinha posto Assuan em terra. Era um leilão a interrogar americanos e russos quanto davam pelo lote. A esta altura estive pela segunda vez no Egito. Fretel um avião no Cairo e desci além de Assuan. O clima de massas e jornais, em língua árabe, era anti-europeu. A propaganda soviética contaminava o país. Cartazes de literatura política caracteristicamente bolchevista, enchem os muros de Alexandria, Cairo, Tels, Luesor e Assuan. Eu podia ao intérprete que me acompanhava, que os traduzisse, para podermos ver o tom laivos dos ataques ao Ocidente, no Oriente Médio, se ingleses, franceses e norte-americanos não almoçassem, à ponta de espada, aquelas grosserias, os russos os jantaríamos. A ocupação do Canal era, antes de tudo, um imperativo da civilização para não acontecer o que a insidia eslavo, através da mão de Nasser, iria cometer em meio à expedição anglo-francesa. Aproveito o ensejo para declarar ao Senado que aplaudo o golpe militar da França e da Inglaterra, em Suez. Uma via de comunhão do tipo de Suez, como o seu gênio, que é o Canal do Panamá, só podendo pertencer à humanidade, ou são internacionalizadas, como os oceanos, ou operam sob o controle de Estados de níveis elevados de educação política. Para um erro entregá-las a governinhos de bandidos, de sabotadores das estradas, o que o gênio humano construiu para a segurança e o conforto do gênero humano.

Não compreendo que num caso como o de Suez, se chegue à tomar partido, entre Estados de conhecidas aptidões para missões civilizadoras e bandidos de ambiciosos, que representam apenas governos de quarteladas. Os demagogos do Cairo são uma clique militar que para se sustentar no poder, carece de insuflar nas massas as paixões inferiores da xenofobia e como os prestidigitadores de circo, todo o dia carecem de tirar novas sortes, que mantenham elevado o nível emocional das platéias excitadas pela felicidade dos golpes deles.

Diante da situação delicada para suprimentos de óleo em que se encontra o ocidente, como estão agindo as autoridades prepostas a esses serviços? A delirante concorrência de fretes, aberta à Central, à Santos-Jundiaí, à Leopoldina e a todas as outras estradas de ferro do governo, pelas rodovias, já foi atenuada no sentido de mitigarem as exigências de óleo e seus derivados para as frotes dos comboios que competem com o Estado, nos transportes.

Não parece à Casa soada a hora de o poder público, começar a tomar providências para extinguir o tráfico de caminhões que, em vastos percursos ao longo das estradas de ferro, contribuem para amenizá-las financeiramente, aumentando o déficit do orçamento de despesas da União, que só no capítulo estradas de ferro e transportes marítimos atingirá este ano no mínimo a quinze bilhões?

Na Europa, nos Estados Unidos, lava indizível inquietação no que diz respeito à regularidade nesta emergência do fornecimento dos combustíveis líquidos. O transcurso de Suez, levado a efeito pelo mouros in-

fiel dos nossos tempos, traduz risco sério na distribuição do óleo, pelo fato das frotes de petroleiros não se encontrarem preparadas para operar nas distâncias de agora, ou seja, a rota do Cabo, com o mesmo material flutuante de que dispõem para navegar por Suez e o Mediterrâneo. As distâncias cresceram.

A PETROBRAS, ARCADIA BRASILEIRA

Encontro o Brasil em doce estado de euforia, alheio, inteiramente alheio às dificuldades de toda ordem que para a "nação" internacional criou o bloqueio do Canal de Suez. Se as nações como a Inglaterra, a França, a Alemanha, já se volveram para o racionamento, não vejo por que o nosso país imista no relaxado consumo de petróleo e seus derivados que nossa posição cambial nem mesmo a tolera.

Está lançada a Petrobrás em campanha atordoante de propaganda, através de folhetos, revistas próprias e páginas e páginas de jornais. Destinada a inflamar o entusiasmo ultranacionalista. Contam-se fanfarronadas homéricas por conta das façanhas dos bandeirantes do ouro negro, deste século. Faz três anos promete o ferrabrás da Petrobrás dar petróleo, que afogue todas as necessidades do Brasil. E petróleo achado aqui dentro das nossas fronteiras, pela máquina do monopólio estatal. O Recênaveo balano deveria proporcionar 60 mil Harris diários e o rio Madeira os restantes 140.000. Até hoje nada de positivo está esclarecido quanto ao valor do lençol que ali teria sido descoberto. Mas, por conta dele, já se sacam grossos vagalhões de petróleo, dentro dos quais boiaram felizes e prósperos o Brasil e seus filhos, que tantas autarquias e tantos monopólios supõem que os acalentam, quando o que fazem, é sugar-lhes dezenas de bilhões das receitas aos seus orçamentos particulares.

O SR. NOVAIS FILHO — O Estado Brasileiro, não é assim tão, ele como o pôs V. Ex.ª em sua galeria de arte senatorial.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Eu ainda o faço bonito. Ele é um Saturno que come os próprios filhos. Em contraste com a copiosa literatura, nutrida de esperanças quanto à redenção do Brasil pelo seu próprio petróleo, tenho uma informação a dar, a qual, estou certo, sobressaltará a bancada nacionalista da Casa. Quem lê as páginas acadêmicas do presidente da Arcadia brasileira deste século, que é a Petrobrás, acreditará por certo no ramo de oliveira que esta pomba sem fel nos trouxe no bico, como que a mostrar o fim do dilúvio de água doce do Amazônia, agora substituído pelos crespos lençóis subterrâneos do petróleo nacional, trazido desta vez, afinal, à flor da terra.

Cético, profundamente cético, quanto à capacidade da Petrobrás para extrair o petróleo de que necessitam os brasileiros, vejo-me entretanto forçado, para argumentar, a abrir créditos de confiança aos alucinados sinceros do "petróleo é nosso", na fase do "exclusivismo", da exploração Jacobina, feita por mãos inconsúteis de patriotas, saídos das malocas do nosso indigenato.

Vamos conceder, portanto, aos mosqueiros assanhados da Petrobrás que eles estão carregados de razão, e que tudo quanto dizem e escrevem, é a expressão da realidade. Sim, o Brasil está gordo de óleo, outrora e recém-descoberto. Não necessita de ajuda de quem quer que seja, nesse terreno. Do Amazonas ao Recênaveo, temos as tetas peçadas

QUE FOI FAZER NA BOLÍVIA?

Mas, neste caso, que foi fazer na Bolívia o coronel Janari Nunes? Esta é a notícia mais estranha e mais segura que trago da Inglaterra, após a curta viagem que ali venho de fazer. Um diplomata sul-americano me deu essa informação, cuja veracidade numa casa bancária da City me foi dada apurar.

Uma vez que encontra a Petrobrás fechadas as portas da Bolívia para

nos dar dentro de dois ou três anos uma solução de emergência (Aliás, a Bolívia só tem, pode dizer-se, muitos poucos pioneiros. Seus campos petrolíferos não foram ainda delimitados) que resta ao Brasil?

O EXEMPLO DA VENEZUELA

Próximo de casa, encontramos a Venezuela. Posto fogo ao paiol do Oriente Médio, a solução venezuelana será a primeira a nos aparecer. Mas o que acontece à Venezuela é que todas as companhias que ali operam, já gravitam em torno de mercados, que reputam como sua fiel clientela. No meio dessa freguesia, está claro que se encontra o Brasil, com as cotas de cru, de fuel oil e de gasolina que sabemos. Teremos, entretanto, força política para induzir a Venezuela a cobrir o enorme "deficit" que possamos vir a ter, entre os suprimentos da Petrobrás e o volume de que carecemos? Preferências e prioridades numa hora destas, serão ainda possíveis, na vida de um pobre capitão que não cuidou?

O SR. Freitas Cavalcanti — V. Ex.ª dá licença, para um rápido aparte? O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Tem a palavra o nobre líder alagoano.

O SR. Freitas Cavalcanti — Ainda há pouco, il. com muito pesar, que o velho roteiro marítimo, que trazia o português para o Brasil, está, neste momento, procurando a Venezuela. E' que não encontram mais futuro em nossa terra. Movidas por uma força sentimental e histórica, as correntes que nos uniam, agora se partem. Os portugueses descobrem outros caminhos do mundo. Aliás, é uma tradição de Portugal, descobrir os caminhos do mundo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Dificilmente teria aparecido na Casa aparte mais oportuno que o de V. Ex.ª. Desejo agradecer ao bravo chefe udenista pelo ensejo que nos proporciona de explicar um dos casos do enriquecimento astronômico de uma pequena colônia estrangeira num país em função da expansão dos negócios do óleo.

O ano findo recebi do governo da Venezuela o convite para assistir às comemorações da "Semana da Pátria". Aqui no Rio e em São Paulo, temos brilhantes desfiles militares, de uma tropa de primeira ordem, que de fato dá para alvoroçar todos os corações de patriotas. Dizia o velho Anatole France que aos franceses só a glória militar deslumbra. A nós outros, na América Latina, também um pouco o mesmo acontece.

Em Caracas, a "Semana da Pátria", significa, durante uma semana, desfiles diários de 40, 50, 60 70 mil pessoas, aos quais se associam todas as províncias da República. Depois da canonização de Joana d'Arc, em São Paulo, e da coroação da atual Rainha da Inglaterra, não vi, no mundo desfiles iguais, em imponência, grandza, força, luxo, e em projeção de alegria, posta nos lábios de homens, mulheres e crianças. Não sei do povo mais feliz, como tampouco nunca observei um chefe de Estado mais atento aos problemas ligados à prosperidade, à segurança e à felicidade da sua gente, do que o General Ximenes.

Não chegou a propor. Talvez nem a sugerir. Com o artigo do Código

Minero nacional na mão, o primeiro fiscal de ônibus que encontrou na rua desarmou-o da insolita pretensão. Tinha o governo do Brasil, ainda o menos simpático dos aspectos para um boliviano, qual o de pretender desembarcar, com o seu Estado Nacional, em território boliviano, um militar que do lado de cá do rio Paraguai se constitui em campeão da tese do monopólio estatal do óleo. O óleo é privilégio do Estado, dira o ferrabrás da Petrobrás, contando que esse Estado seja o brasileiro. Tratando-se da Bolívia, o Estado do Brasil poderá ali chegar e propor uma intervenção nossa naquilo que se considera, lá como aqui, a derradeira expressão do melindre da soberania dos dois povos?

A Casa haverá de permitir que eu entre a fazer ponto, num assunto em que não sei o que ficou em mais triste postura: se o prestígio do Brasil, ou a autoridade de um capitão do mato, que, passando por cima do Presidente da República, do Ministro das Relações Exteriores, foi a La Paz a fim de ali tentar obter o que a legislação vigente do país ameaça pela sua ignorância, não nos podia nem nos pode dar. A nós nem a qualquer outro Estado.

Que significa, mais do que a gaffe que estou noticiando, a ideia celerada da presença do chefe da autarquia do óleo brasileiro na Bolívia senão o seu fracasso interno? Não é a expedição que o levou para o sul, lado da fronteira do oeste com o objetivo de pleitear um absurdo, a concessão da sua frustração aqui?

Se o Brasil tem tanto petróleo como ele diz e blazona, por que não o procura em casa? Por que essa saída secreta para um outro país em busca daquilo que se afirma que já foi encontrado aqui?

Senhores desta Câmara senatorial: o governo brasileiro, que sentou praça no "petróleo é nosso", fórmula à qual impõe exigências severas para preservação do ideal de soberania pátria, na hipótese, compareceu a La Paz a fim de tentar negociar o petróleo boliviano para a Petrobrás. Seu delegado era o próprio presidente dessa autarquia.

Li em Londres o pequeno relato do representante de uma firma americana acerca dos resultados das conversações do nosso tuchau de papo verde-amarelo com as autoridades da República andina.

Para ser breve: o presidente da Petrobrás foi duramente rechaçado, sem maiores debates, em sua pretensão de pesquisar, explorar e drenar o petróleo boliviano para o nosso território por conta e ordem da Petrobrás, que é o Estado Brasileiro.

Tenho aludido várias vezes com ternura à flor de bonina que é o coronel-presidente da Petrobrás. Assim como ele, trata dos assuntos do petróleo em condições de lírica imaturidade, sem sequer roçá-los de leve, outro tanto acontece com as legislações do petróleo de povos vizinhos, que têm compromissos firmados conosco.

O Código Mineiro Boliviano não admite que um país estrangeiro como o Brasil execute diretamente a concessão do petróleo, em seu território. O Código é claro e preciso nesse sentido. Como o Brasil deseja efetivar aquilo que recebeu, no passado em termos de alvissaras petrolíferas, ele só tem um caminho a trilhar. Faça brasileiros se organizarem em empresas de pesquisas, exploração, refino e distribuição de óleo e escolha, entre os que fundarem essas companhias, os mais idôneos, e transfira-lhes aqueles direitos que recebeu do Estado boliviano. Não há outros jeito de manipular o negócio, e, talvez, o melhor negócio que temos em perspectiva, para além das nossas fronteiras de oeste.

Sem consultar um jurista, sem se aproximar do Ministério das Relações Exteriores, que bem o houvera aconselhado, como autêntico capitão do mato, armado do seu facão de matador, o presidente da Petrobrás partiu para La Paz.

Ao término de uma das paradas civis a que assistiu ao seu lado, ele indagou o que eu desejava ver de preferência, na Venezuela. Respondi-lhe que a parte agrária, o que comecei a fazer no dia seguinte.

Antes, porém, de partir para o interior, o Ministro da Justiça convidou-me a um passeio pela capital, a fim de ele explicar-me alguns aspectos do vertiginoso progresso de Caracas.

No curso dessa excursão, perguntei-lhe o que era feito de lavas de portugueses que, a partir de 1947, desciam da Panair do Brasil em Recife, e ali tomavam aviões DC-3 que lhes eram especialmente destinados, rumo a Caracas.

— “A maior parte deles já está rica — respondeu o ministro. — Vamos passar numa avenida de edifícios de 10, 12 e 14 andares, e dos quais, entre quarenta e cinquenta por cento pertencem a portugueses entrados no país a partir de 47”.

Eram, caro Senador Freitas Cavalcanti, os meus antigos companheiros de viagem na Panair do Brasil. Entre 47 e 55 acumularam cabedais que os tornaram proprietários de imóveis assaz valorizados no centro comercial da metrópole.

O petróleo venezuelano, explorado por capitais estrangeiros, imprimiu à pequena República andina fabulosos padrões de riqueza, dos maiores que apresenta qualquer nação dos nossos dias. E seu solo, ou seja, a sua soberania, até aqui soberano, se mantém intacto. Violado foi ele quando o governo venezuelano, paupérrimo, sem recursos para pagar os compromissos da sua dívida externa, viu nas águas territoriais da República a “Pantrer” e o “Vineta”, exigindo-lhe de molhrões acesos o pagamento compulsório das suas dívidas com a Imperial Alemanha.

Tal o prodígio do petróleo, que não é explorado pelo monopólio do Estado, como sucede na Argentina, no México e no Brasil.

O ATAQUE NÃO FOI UM ERRO

Com a situação, criada pelas hordas de Nasser, obstruindo o Canal de Suez, a Venezuela e os Estados Unidos passaram a ter, de momento, posição preponderante nos suprimentos da Europa. Sem a Venezuela e sem os Estados Unidos, a Europa estaria atacada de paralisia motora, ou seja até quando as comunicações pela rota do Cabo tiveram adquirido um ritmo de normalidade.

A crise recentemente declarada, entre os Estados Unidos, a Inglaterra e a França, a qual abalou a situação mundial, só poderá ter sido um desentendimento momentâneo. Entendeu a opinião americana, como entendeu uma grande parte da própria opinião inglesa, que a Grã-Bretanha e a França não deveriam ter chegado ao emprêgo da força no caso de Suez. O raciocínio da oposição inglesa (eu pude bem senti-lo de perto) era este: a Inglaterra e a França, sem o apoio dos Estados Unidos, não dispõem das Nações Unidas e, portanto, de prestígio político para enfrentar a Rússia, em quem se depositaram as esperanças egípcias para resistir. Erro imperdoável seria marcharem as duas sozinhas, no mais temerário golpe da sua política externa, desde o fim da segunda guerra mundial.

Raciocínio por outra forma. Erro maior do que não atacar, repudiando o emprêgo da força, foi o dos expedicionários terem detido a marcha da expedição punitiva que empreendiam,

para chamar à razão os violadores da Convenção de 1888.

Mas o rude choque psicológico entre ingleses e americanos, com o tempo só tende a se diluir. Quem vai admitir a hipótese da Inglaterra e da França poderem vir a ser safitos do sistema do Moscou? Só no Oriente Médio a Grã-Bretanha tem de “placement” petrolífero mais de 370 milhões de libras. Quem a ajudará a defender esse patrimônio da coíça russa senão o poder político e militar dos Estados Unidos?

MÉXICO E ARGENTINA

Se existe um país que tem diante de si perspectivas de uma situação cambial sombria dentro de menos de um ano, é o Brasil. Nosso poder de compra de petróleo só tende a diminuir ante a baixa inevitável das cotações do nosso café. Como, armados do mediocre instrumento do monopólio do Estado, nos será permitido ver jorrar da terra o óleo que o há de libertar de tamanha pressão financeira? Ai temos o México e a Argentina, que perfilham a tacinha política nossa. Continuam ambos tributários do produto estrangeiro. Não andam mas patejam dentro dos seus poços de petróleo.

No México, o governo expropriou as companhias estrangeiras pagando-lhes indenizações inferiores do custo das suas obras no país. Está com 1.127 poços. No Canadá, que começou ontem a sua exploração com a livre empresa o número dos poços atinge a 2.629. Isto para não falar dos Estados Unidos, que têm perto de 500 mil, e da Venezuela que já ultrapassou os 6.500 poços.

Core a Casa deste contraste: enquanto nos Estados Unidos se furam 35 mil poços por ano, com a iniciativa particular, para se achar o óleo, no Brasil, o Estado abre 50, para não encontrá-lo! E quase todas as sondas com as quais trabalhamos têm guarnições de técnicos estrangeiros.

Num ano, as empresas privadas do óleo despenderam nos Estados Unidos, três bilhões de dólares, em pesquisas e obras novas. No Brasil, a Petrobrás promete despende o ano vindouro, de 12 a 15 milhões, com a aquisição de sondas.

E calculado o corpo sedimentar só do Amazonas, para o qual se deverá dirigir as pesquisas, petrolíferas, em 600 mil quilômetros quadrados.

Não é trabalhando com 50, 100 e 200 sondas em território assim extenso, que o Estado Federal Brasileiro irá tirar do nosso subsolo um líquido vital para a sobrevivência do país.

Um nacionalismo vesgo e exclusivista, conduzido pelos monitores soviéticos, transformou aqui o caso do petróleo, de um problema político, e é essa transformação a responsável pela forma deturpada e tradicional com que vemos um assunto banal, posto em termos de truculenta demagogia.

A descoberta do óleo é uma questão. Outra, porém, muito mais relevante, é a sua exploração. Ela importa em solver problemas que demandam tempo e largos recursos, como sejam a importância do lençol petrolífero pelo conhecimento da área em que ele se encontra, espessura da demanda de arenito do lençol, sua porosidade, fixação do volume dos poros e interstícios existentes na rocha, acumuladores valor do óleo nela contido, cálculo das suas disponibilidades recuperáveis para a estimativa da produtividade, etc.

Não há de ser, senhor presidente, com o material humano escasso, e quase todo ele ainda bisonho, que o nosso país poderá levar a um empreendimento como o petróleo, o impulso de que ele carece para se tornar o elemento de civilização e de progresso, que é em toda parte, onde

o Estado não se intromete em sua evolução.

Se países como os Estados Unidos, a Alemanha, a França, a Espanha, Portugal, seus governos se omitem de tratar o petróleo como uma relevante questão do Estado, e porque reconhecem que ele tem características, peculiaridades e também riscos, que confluam o assunto à iniciativa particular, essa poderá enfrentá-lo com maior certeza de êxito do que confluam o assunto à iniciativa estatal.

Para nós nada mais exemplificativo do que a Argentina, onde o próprio general Peron, com todo o seu raivoso elã de nacionalismo, proclamou a impotência do Estado para dilatar a capacidade produtiva do óleo, nos campos de Comodoro Rivadavia. A sua foi a confissão de um vencido.

Com efeito o que produziu o que na Argentina se chama a linha nacionalista do petróleo?

Nada menos de cinquenta anos de crise de combustível, pelo fato do Estado não haver podido explorar internamente sequer as suas reservas conhecidas. O jacobinismo, no Prata, não é menos hirsuto, menos cego e até mais inibido que o dos brasileiros. Lá como aqui só se descobriu um método para ter petróleo: o Estado, ou seja, o funcionário público. Quem sabe o que é o funcionário público como eficiência, como rendimento econômico como aptidão de iniciativa, na América Latina, não porá em dúvida qual a razão da incapacidade dos Yacimientos Petrolíferos Fiscales para dar os 13 milhões de metros cúbicos que hoje o país consome. A Argentina já estaria com 15 milhões de metros cúbicos de consumo se não fossem as peias do monopólio. Andei o começo deste ano por Buenos Aires, onde procurei entrar em contato como o caso do monopólio estatal do petróleo. Disse-me desalentados dois ministros de Estado as vicissitudes da exploração do óleo pelo governo do seu país, numa frase que define a catástrofe argentina como o espelho da nossa:

— “Aqui se transformou a exploração do óleo pelo Estado em uma questão inatacável do patriotismo nacional. O YPF virou símbolo da integridade argentina e bandeira da dignidade da sua soberania”.

SOLUÇÃO ENTREGUE A PRIMÁRIOS

Que esperar de uma máquina, a qual, devendo ser um organismo agressivo, manipulado por profissionais competentes, bem pagos, aparece como um pesado carroção burocrático, sujeito aos caprichos da política partidária, aos abusos e variações da madraçaria das repartições públicas?

Afirmava, há pouco, o presidente da Petrobrás que, até 1960, dará ao Brasil a independência, que todos ambicionamos, em matéria de suprimento de petróleo e seus derivados. A mim mesmo, ele não falou de modo diferente uma tarde, aqui no Senado. Ousei perguntar ao Iluminado como esperava em tão curto espaço de tempo materializar o seu sonho e ele me respondeu da *Turris Eburnea* do “Petróleo é Nosso”:

— “Instalando refinarias por todo o território Nacional!”

Achar petróleo não é portanto o problema que esteja inquietando o valeroso presidente da Petrobrás. Seu programa não está circunscrito a poços e sondas, senão a petroleiros e refinarias. E, portanto, com o petróleo dos outros com o petróleo dos trusts internacionais, que o Santo Varão vai tentar a emancipação dos brasileiros da tirania desses mesmos trusts!

A que categoria de primários não está entregue a solução do problema do petróleo brasileiro?

Se temos um largo “deficit” de petróleo a cobrar, entre o óleo de Recôncavo, que beneficiamos em Martaripe, e Cubatão e as outras três refinarias privadas e o que mandamos vir de fora, para ajudar o refino no Rio e em São Paulo, esse “deficit” não é nada em comparação com o outro de aptidão para ver e raciocinar dos mentores de tão séria questão, entre nós. E’ de alarmar que o honrado chefe da Nação confie a criaturas tocadas de franciscana santidade, assunto de tanta relevância para a defesa nacional, na paz como na guerra.

Observa-se a contradição maior dos campeões do monopólio do petróleo. Dizem eles que o petróleo governamental é condição essencial da segurança do país. E, ao mesmo tempo, deixam claro que a busca do óleo não é o que interessa, e sim o refino. Mas neste caso trata-se de uma questão comercial e não política. E na hipótese de guerra lá fora? Que será do Brasil sem petróleo próprio? Irá refinar-se óleo de quem?

Quer a Casa saber o que significa o Estado às voltas com o jogo de pesquisa e exploração do petróleo. Desde a primeira década do século, o governo argentino lida com o petróleo. Depois de mais de cinquenta anos a produção não atende sequer às necessidades da nação do Prata. Entretanto, no Peru, no pequeno Peru, que começou ontem, no Peru entregue o problema à iniciativa privada, o petróleo atende a procura nacional e transborda para a exportação, dando divisas fortes ao Tesouro do país.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.ª um aparte?
O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Pois não.

O Sr. Fernandes Távora — Vossa Excelência se referia há pouco a Manaus. Manaus ainda está muito bem.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — E’ verdade; tem uma refinaria.

O Sr. Fernandes Távora — Tem uma refinaria e o Peru é quem lhe fornece a matéria-prima. A despeito de possuir poucas estradas de rodagem ou quase nenhuma, na eventualidade de guerra poderia bastar-se. Mas nós, do Nordeste e do resto do país, que iremos fazer?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Um embaixador americano já disse ao presidente da República, depois da última guerra, que se o terceiro conflito mundial explodisse, o Brasil que se resignasse a não receber petróleo. Não seria possível deixar de abastecer os beligerantes do lado das democracias ocidentais para ajudar um “associado” que na paz, não quis saber da cooperação dos seus fiéis aliados de todos os tempos para resolver esse problema, dominado que está o Brasil pelo complexo de inferioridade da diminuição da sua soberania, contratando a pesquisa e exploração do óleo com companhias particulares estrangeiras.

O Sr. Othton Mader — Apoiado!

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Eu não saberia dizer quais as consequências do fechamento de Suez, na extensão em que elas se poderão desdobrar. De uma coisa, porém, não tenho maior dúvida: no caso da situação dos suprimentos de combustíveis líquidos se tornar mais aguda do que está, não deveremos alimentar esperanças de que qualquer prioridade possa funcionar em nosso favor. Sejam quais forem as divergências que, num ou noutro ponto nevrálgico da sua estratégia mundial tenham os americanos com a França e a Inglaterra, os desentendimentos ocasionais não darão para comprometer a política dos Estados Unidos de defesa do ocidente, em ligação com essas duas democracias.

Que plenitude de cobertura poderiam ter os Estados Unidos, ante um ataque russo, com a França e a Inglaterra fora do seu dispositivo, sem as bases que eles já têm no território desses dois países, funcionando uma força com armamento atômico tático e outra preparada para o contra-ataque termonuclear, até que a União Americana mobilize os seus elementos, garantidos por uma tal armadura de segurança do continente branco?

Uma das provas da falta de clareza nossa, está em que gravitamos dentro de um sistema político, e não temos confiança nele para com os seus capitais tentar resolver a questão do nosso petróleo.

A responsabilidade que tem o Brasil de vir a se encontrar amanhã, junto de petróleo, vis-a-vis dos grandes países da Europa e dos Estados Unidos, cabe aos próprios brasileiros. Esta é a opinião generalizada na parte do mundo que supre a outra de combustíveis líquidos. O magnífico edifício de estupidez isolacionista no caso do petróleo, dentro do qual vivemos, como pobres Budas amarelos, e fruto da nossa inépcia e da nossa chapada ignorância. O petróleo é uma questão que nos é particularmente desconhecida. Aqui não se formulam opiniões em torno do assunto, mas apenas palpites.

Ninguém tem obrigação de salvar um suicida, que faz questão de morrer.

INTERESSA AOS ESTADOS UNIDOS O PETRÓLEO DA AMÉRICA LATINA

Acabo de ler uma entrevista do Senhor Rathbon, Presidente da Standard Oil de Nova Jersey, na qual ele afirma que o esquema do petróleo na América Latina não interessa mais aos Estados Unidos. Cuidaram os americanos do assunto, antes da descoberta da produção intensiva no Oriente Próximo. De fato, o que significa uma produção, como a da Venezuela, de 80, 100 e 120 barris por poço, comparada com a do Oriente Próximo, a qual chega à produção de 5 e 7 mil? Fecham ali os americanos, os ingleses e os franceses poços todo o dia, devido à superprodução do cru dos seus campos.

— "Não nos interessa — conclui o Sr. Rathbon — o óleo latino-americano, desde que nos meados da última guerra foi encontrado o do Oriente Próximo. Europa e Estados Unidos descobriram este mercado, que é o maior do mundo. São dois milhões e duzentos mil barris por dia que atravessam o Canal de Suez."

A ameaça soviética, porém, ao Oriente Próximo, viria modificar a posição da América Latina em face dos Estados Unidos. Passou o Brasil a interessar de novo aos Estados Unidos, e, certo, mais do que a Argentina. Com o Oriente Médio perturbado, acentuou-se de novo a hipótese do Brasil vir a consentir em operar no mercado mundial. Se não temos recursos sequer de equipamento para operar "au ralenti", como se opera, hoje, por que recusar a mão, que, nos estendem os Estados Unidos, a fim de trabalhar conosco?

O reproche que se pode fazer ao Brasil é a cegueira com que está ele agindo. Ameaçadas de não ter com que comprar, dentro de poucos meses, objetos essenciais ao seu consumo, vastas secções do povo brasileiro fazem a política do avestruz. Põem a cabeça debaixo do pescoco, e supõem que o nosso problema dos combustíveis líquidos está resolvido pelas efêmeras de óleo importado da Petrobrás e das particulares.

A situação no Oriente Médio não cessando, a posição da América Latina, ao ver do presidente da Standard Oil, se encontra modificada. As companhias internacionais do óleo

terão que procurar compensações para as suas necessidades crescentes, ora aqui. E, em tal hipótese, ressurgem o interesse, na 15 anos sacrificado, pela descoberta do petróleo em regiões formidáveis na Ásia. O presidente da Standard Oil e, preciso em relação ao Brasil quando ele declara que aos interesses petrolíferos internacionais, o Brasil interessa mais que a Argentina.

Quando o Sr. Juscelino Kubitschek esteve na América do Norte, o desassossego no Oriente Médio não havia assumido as proporções que tomaria depois. Tampouco, interesses do Ocidente no Egito não se haviam deteriorado tanto como ficariam agora. Recebeu o presidente proposta de uma companhia americana para a aquisição do equipamento de duas refinarias, reconhecendo a longo prazo, contra um contrato de compra de óleo ao Oriente Próximo.

Fraza de imaginar que as perspectivas futuras, a nós abertas por um nome na responsabilidade do senhor Rathbon pudessem seduzir os brasileiros. Pois a nada disso nos moveamos, sem embargo do sombrio proximo que nos aguarda, dentro de um quadro de miséria já existente por todo este interior afora.

Os argumentos dos que sustentam o manípulo da Petrobrás estouram como bolhas de sabão lançadas ao ar.

O Brasil, dizia, há pouco um inócente do Partido Trabalhista, na Câmara, de 1939 a 1955 já extraiu 271 mil toneladas de petróleo anuais. São 10 anos. Esta é a soma do nosso monopólio estatal. A iniciativa privada sozinha, de 47 a 55, já dá ao Canada, 17 milhões por ano, e Kuwait, onde não havia uma gota de óleo em 1938, extrai agora, graças à livre empresa, 30 milhões de toneladas.

DESCALABRO NA LAVOURA

A situação das nossas populações do interior é, neste momento, assaz precária. Secas de norte a sul, debilitam o poder de compra do homem da terra, que não pode mais adquirir os artigos manufaturados no litoral. Há poucos dias, eu tinha oportunidade de jantar em São Paulo, na residência do presidente da maior organização agrícola e de industrialização de produtos da terra neste país. Era uma festa em homenagem à missão textil alemã que nos visitará. Um diretor executivo de outro grupo, mas este industrial e dos maiores do Brasil, disse-me textualmente:

— "Aprovo tudo quanto alega o senhor, da tribuna do Senado, acerca do descalabro da nossa lavoura. Ela não pode mais pagar os produtos industriais de São Paulo e Rio pelo menos na proporção com que o faz até há pouco. Empobrece de ano a ano o homem da roça, e isso se reflete nas atividades do nosso parque manufatureiro. A crise que anda por aí, bem diz o senhor, não é de maior quantidade de dinheiro, senão de subconsumo. Os solos agrícolas não são regenerados suficientemente nem os nossos lavradores trabalham com irrigação e unidade como deviam."

O Sr. Presidente (fazendo soar os tampanos) — Lembro ao nobre orador que está finda a hora do expediente.

O Sr. Gaspar Veloso (pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. consulte a Casa sobre se consente na prorrogação da hora do Expediente, a fim de que o nobre senador Assis Chateaubriand possa concluir as considerações que tão brilhantemente vem fazendo.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acaba de ouvir o requerimento do nobre senador Gaspar Veloso, para prorrogação da hora do Expediente. Os senhores senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Está aprovado

Continua com a palavra o nobre Senador Assis Chateaubriand.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Muito me penhoram as palavras do honrado senador pelo Paraná. Agradeço a S. Exa. a fidalga espontaneidade com que as enunciou.

Insisto senhor presidente, nas considerações que me fazia o industrial paulista, que há pouco citava, acerca da penúria financeira, do brasileiro do campo.

— "Sinto-me condoído toda a vez que vejo mais se coarctar o poder aquisitivo do nosso homem do interior. E isso malgrado os preços favoráveis do café. Calcule o senhor o que será no dia que não vem longe, em que a superprodução desabar sobre o mundo cafeeiro lá fora e aqui dentro".

Não alimento maior otimismo sobre o porvir próximo do Brasil. Perpetramos tantos erros, e vivemos tão desajustados das nossas necessidades, que não vejo como um país que descuida de fazer baratear a sua produção, chegue a pensar a sério em sua qualidade essencial de país de exportação.

O Sr. Mendonça Clark — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com todo o prazer.

O Sr. Mendonça Clark — Estou ouvindo com a maior atenção as observações de V. Exa. sobre o que ocorre no interior do Estado, considerado o mais rico da União. A serem exatos os reparos do nobre colega, perguntou então: como o povo do pequenino Estado do Piauí, sem o crédito de que dispõe o de São Paulo, mas que contribui com divisas doze vezes superiores às previstas para a sua capacidade, pode encarar a situação que V. Exa. acaba de relatar?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND

— Eu não dou muito bem conta do inferno que seja a lavoura em uma província como a do Piauí, em que quase tudo morreu, inclusive o boi do cantador. Diz bem o nobre colega: se em São Paulo, Paraná, Minas e o sul de Goiás a lavoura é a paisagem triste que venho a pintar, imagine-se o que ela não será em regiões longínquas, sem estradas pavimentadas, e, muitas vezes, tão infe-lizes quando há seca do que como quando há chuvas, porque essas, sendo torrenciais, provocam as inundações, que fazem transbordar os rios e destruir as roças dos ribeirinhos.

Em São Paulo as condições atmosféricas se têm modificado bastante nos últimos trinta anos. As secas são muito mais frequentes. A água foge do subsolo. Não temos mais aquelas massas líquidas de precipitações como outrora. A inexistência de águas represadas nos rios para irrigação, mesmo nos maiores rios dos Estados, dá para mostrar o tipo de agricultura que possuímos. Enquanto, no Egito, no Paquistão, na Índia, no Sudão, na Mesopotâmia os ingleses custearam grandes obras de irrigação para o cultivo de terras, milenarmente erodidas, entre nós, não existe um, mas um só serviço organizado de irrigação de solos agrícolas. Se tal é a fisionomia dos campos, qual a das cidades? Recebendo bens de consumo por preços caríssimos, as suas populações de funcionários públicos bem remunerados exigem cada vez mais aumentos de ordenados, para enfrentar os preços destas duas produções ambas caras: a agrícola e a manufatureira.

Porque não nos iludamos: há dois paus de arara hoje em dia no Brasil: o dos campos e aquele das cidades. O Rio de Janeiro possui uma massa demográfica em grande parte parasitária, representando o brasileiro faminto do interior e o das metrópoles, que aqui chegam, pagando transportes

caríssimos — caríssimos atendendo à sua miséria.

O Sr. Alvaro Adolpho — Essa população a que V. Exa. se refere aumenta de dois milhões e quatrocentos mil habitantes por ano.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Exatamente.

TRANSPORTES

O Sr. Fernandes Távora — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A palavra cabe a V. Exa.

O Sr. Fernandes Távora — V. Exa. acaba de referir-se aos transportes do Brasil. Vou dar um exemplo edificante. O atual diretor da Rede Viação Cearense acaba de declarar, como que se vangloriando, de haver agora, conseguido transportar toda a safra do ano passado, e acha que já faz muito. Imagine V. Exa. toda a safra deste ano, e a que virá...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sr. Presidente, desde que ingressei nesta Casa, combati o excesso de construção de rodovias no Brasil. Entendo que devemos ter um modesto programa de estradas de rodagem e de aproveitamento, tanto quanto possível do nosso sistema hidrográfico e de nossas estradas de ferro.

O Sr. Mendonça Clark — V. Exa. permite novo aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com prazer.

O Sr. Mendonça Clark — Ontem tivemos a honra de receber, aqui a visita de vários prefeitos de cidades norte-americanas. Um deles me fez uma pergunta...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Eu não quis vê-los, para fugir a vergonha de não ter como responder a perguntas que também afligiam a consciência do nobre colega.

O Sr. Mendonça Clark — "Como vocês, brasileiros, têm recursos para comprar jeeps do tipo de 18.000 dólares ao câmbio oficial? O preço é 300 mil cruzeiros por unidade; a 20 cruzeiros a taxa oficial, são 18 mil dólares. Disse-me ainda: "Nós na América do Norte seríamos loucos se comprássemos jeeps desse preço". Como vê o nobre colega: nós brasileiros, muitas vezes mais pobres do que os norte-americanos somos formados, para resolver o problema do transporte do interior a comprar esse veículo vital para uso em nossas estradas, por preço que aos americanos parece loucura..."

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sr. Presidente, a alegação feita pelo nobre colega, relativa ao preço desses veículos, responde apenas com esta frase: olhem o panorama das pesquisas, das indústrias extrativas dos mineiros. Nenhum esforço temos feito, com o propósito de encontrar os produtos que assegurem divisas ao país. O próprio café não passa de mercadoria quase abandonada. A maior parte das suas defesas se processam no terreno comercial, sem o menor cuidado. O café é o grande orfão do Brasil. São Paulo é o primeiro que lhe recusa a paternidade.

O Sr. Presidente, por que não trabalhamos racional e duramente como os belgas no Congo Belga e os ingleses nas colônias que restam na África? Aqui ninguém quer trabalhar. Estado e massas tudo tem os braços cruzados.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Porque a maior parte das nossas indústrias e do nosso comércio está em poder dos tubarões da iniciativa privada que os exploram em proveito próprio. Ao Estado competia ao menos dirigi-las.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — V. Exa. e os que propiciam esta tese não passam de "chair à canon". Serão as primeiras vítimas dos excessos do estatismo brasileiro.

Se há um Estado superexperimentado pela sua incapacidade, pela sua

inépica, seja sob que governo for, é o Estado Federal brasileiro. Ele não sabe trabalhar com rendas legítimas, com recursos votados, com métodos de decência comuns. Tem o nosso Estado os serviços mais compatíveis com o bem-estar, com a tranquilidade com a felicidade do meio coletivo. Executa-os da pior forma. Toda a sua máquina administrativa, como a das autarquias que ele dirige, se traduzem pelos distúrbios mais alarmantes. A não ser Volta Redonda, que é um verdadeiro monopólio, ditando ao mercado privado os preços do aço que lhe convém, e a Santos-Jundiaí, que tem um gênio administrativo à sua testa, um simples golpe de vista sobre a estrutura econômica e financeira de quase todos os órgãos estatais e paraestatais do Brasil superintendidos pelo Estado, só nos permite chegar a conclusões desoladoras.

Fundem-se recursos que entregues à iniciativa privada, sujeta essa a mãos competentes, rendem duas, três e quatro vezes mais do que confiados a mais tresloucada burocracia do mundo. Grande parte das vastas repercussões inflacionárias, no orçamento federal, decorre das autarquias por ele dirigidas.

O "deficit" ferroviário a Casa já o conhece de sobra: mais de 12 bilhões. Só o Lloyd, onde se pagam capitães de navio a 40 mil cruzeiros mensais, e onde o salário médio é de 12 mil, tem 1 bilhão e 700 mil milhões de cruzeiros de subvenção. A Costeira, 650 milhões. Um quindasteiro no cais do porto do Rio, ganha 40 mil cruzeiros. Um fiscal do imposto de consumo é pago a 60 e 70 mil cruzeiros.

Que vale este poder estatal, batendo todos os récores da irresponsabilidade, para lhe estendermos ano por ano a capacidade espoliadora da nossa gente?

O que há a fazer no Brasil, senhor Presidente, é contrair a esfera da influência perniciosa do Estado Federal, à vista dos males irreparáveis que ele pratica, com a sua insuficiência contra os mais sagrados interesses do contribuinte brasileiro. Cada peça industrial ou agrícola que fundamos aqui, pondo-a ao largo do intervencionismo estatal, estaremos levantando uma base estratégica antinflacionária, em defesa da estrutura econômica desta terra. Urge estancar a hemorragia do cruzeiro transformado hoje em moeda falsa. Governos que aniquilam o valor da moeda, acrescentando todo o ano o volume da incidência tributária, apresentando-se como "tubarões" da economia popular, pelo padrão de consumo da voracidade que representam — que confiança podem continuar a inspirar à nação para que a sua imprevidência e a sua dissolução se entreguem superfícies ainda maiores de poder sobre o povo que eles sangram?

MITO E MISTIFICAÇÃO NACIONALISTA

Acreditem os meus compatriotas que esse mito do nacionalismo (tão dos países inferiores, clivamente depravados da América Latina e da Ásia) constitui uma das armas famigeradas que, no plano político, descobriam, para dilatar a sua força malfazeja, já políticos e partidos políticos abastardos por uma cultura inferior. Eles sabem que, fortalecida a livre empresa, não lhe será dado jogar com o dinheiro público com a facilidade e a prioridade de inconscientes com que hoje jogam. O vício da corrupção administrativa entrou no sangue dessa gente. Ela não sabe mais tratar a coisa pública senão na base dos seus interesses partidários. A sua atividade amoral não se coaduna com um Estado modesto, honrado, vigilante, supervisor das iniciativas individuais, disposto a trabalhar com valores limpos (como no caso, por exemplo, das Do-

cas de Santos, das Docas da Bahia ou da Cia. Paulista de Estradas de Ferro) que defendam o patrimônio do negócio que administram. Querem abocanhar tudo, para tudo dominar, colocando em cada posto-chave um polígrafo inexperiente, cupido e cínico, que se conclui com os chefes dos sindicatos e faça aumentos de salários, que nem a economia das empresas e tampouco a do país comportam.

Vive, porém, o nosso povo sem educação, debaixo do ambiente da mistificação nacionalista, a qual prega a prevenção dos "patriotas" contra os negócios confiados a iniciativa privada. Isto para que o Estado os desapropriem benefício das corjas de sanguessugas políticas, tocadas exclusivamente pela ganância dos seus apetites materiais. Lembremos do colapso de quase todas as companhias alemãs, assaltadas pela ditadura, a partir de 41. Salvaram-se da hecatombe provocada pelos cambrioleiros que as dirigiam, apenas duas ou três. Todas as outras foram devoradas pela bacanal de uma privatismo insatisfeito, introduzido nas administrações honradas que elas tinham, pela quadrilha de interventores, escolhida a dedo pelos senhores da ditadura. Recrutou-se na vaza o que havia de malvado, de corrompido, para lhes ser entregue a direção de companhias alemãs, modelares na sua rotina administrativa. A plenitude dos recursos econômicos de cinquenta e tantas empresas foi confiada a insaciável voracidade de consciências, lorpas e inexperientes de tudo, menos da arte de roubar.

Nada estanca nossa tendência: quer para gastar quer para desperdiçar. No Brasil, tanto se despende fora de vila e termo como se espenda sem piedade tudo o que é economia pública ou privada. Perde-se dia a dia, cada vez mais, a noção do controle do crédito, em face do patrimônio do Estado. Pratica-se com ele toda a sorte de abusos, e disto a maior prova é o orçamento federal vigente, votado com trinta e dois conjunturas deficitárias dos anos administrativos do Brasil. Não existe por aí, por isso mesmo, mais inexorável responsável pelos custos inflacionários da nação.

INFLAÇÃO

Não pode o Legislativo atual escapar da acusação que lhe haverá de promover a história. Pelo que o Sr. Bernstein chama no "Staff Papers" a "current inflation" o maior responsável ainda é o Congresso Federal. Foi ele quem votou o orçamento que aí está, com tabelas de ordenados e salários de envergonhar qualquer corpo legislativo. Temos a pior modalidade da inflação a degradar e a pestear o organismo financeiro do Brasil: a inflação contínua, a que não cede a nenhuma posologia.

A inflação se destina em larga parte a subsidiar as empresas, que devendo estar entregues à iniciativa privada, foram indevidamente parar nas rédeas relaxadas do governo.

Nos Estados Unidos, como na Inglaterra, tolera-se uma inflação anual de 2 a 3%. Os ingleses dizem que ela não chega a ser um escândalo. Escândalo porém será tolerá-la no ritmo de 25 a 30 — que é o nosso caso. Nenhum "breck" conterá os desvios, orçamentários, a anarquia fiscal.

Sabia o Congresso perfeitamente, quando votou em janeiro deste ano, o dramático orçamento de despesas que nos afflige, que o país não dispunha nem podia dispor de rendimentos normais e até mesmo de recursos

extraordinários legais, para fazer frente ao pagamento dos salários do funcionalismo público, na base em que eles foram votados. Eu mesmo o disse desta tribuna, a ver se impedia a imensa chaga que se enbrava a abrir no corpo do Estado Federal, com reflexos dilacerantes nos outros, das duas órbitas, a provincial e a municipal. A pressão inflacionária não se registraria, com a intensidade ameaçadora com que se apresentava num único círculo, senão igualmente na superfície das duas outras administrações. O massacre seria coletivo, de todas as finanças, inclusive a particular. As distorções não se estenderiam automaticamente aos outros. Aí está a prova na derrocada do sistema de preços. O corpo nacional está gangrenado.

E' apenas heróica a missão a que se entregou o atual ministro da Fazenda, de tentar barrar a inflação contínua, atacando-a simultaneamente nas suas duas frentes de combate: na gestão financeira e na gestão do sistema bancário. Nada no Brasil se depravou tanto quanto o dinheiro. Os rufões da demagogia levaram o cruzeiro até o fundo do poço, arrastando-lhe quase que o poder aquisitivo. Em dez anos, isto é, de 46 a 56, o cruzeiro se depreciou de 74%. Neste despenhadeiro, só achamos abaixo do Brasil, o Chile, que está longe de ter a nossa posição econômica e os nossos recursos de potencial humano. E' preciso que a Casa não esqueça que de 2 bilhões e 623 milhões de dólares que o Export and Import Bank emprestou à América Latina, de 1934 a 1936, 982 milhões foram ao Brasil! Não sei se me engano dizendo que na Europa apenas um país superou o nosso na preferência do famoso Banco do Departamento de Estado: a França, a qual recebeu em igual período de tempo, 1 bilhão e 545 milhões.

E para que serviu este dinheiro? Em grande parte para honrar saques do comércio, que se desmandou, em função de créditos levemente feitos, do outro lado, na aquisição de toda a sorte de quinquilharias!

O que é que governos, que não pensassem em termos de funcionamento público e de importação de automóveis de passeio, pagos de 100 a 150 milhões de dólares por ano, não poderiam ter construído para fortalecer o corpo deste gigante eternamente de cócoras, que é o Brasil?

Não querem compreender os nossos partidos políticos, de todos os pontos do quadrante, que no Estado democrático, uma das primeiras obrigações consiste em promover a defesa da livre iniciativa. A maior vigilância dos responsáveis pela sorte do regime repousa no lado econômico. Quando uma economia se abandona ao Estado, como vem capitulando a do Brasil, dia após dia, enfraquecem automaticamente as peças mestras da segurança do regime.

Não podem coexistir democracia e Estado detentor das posições-chave do poder econômico. Posições de controle desse compreendem-se e todos as julgam até indispensáveis.

Os constitucionalistas americanos contemporâneos definem a supremacia do Estado dentro de uma área triangular, onde se situam três liberdades: a de empresa, a de identidade de enfejos e a de promoção do bem-estar coletivo. Aqui se desconhecem a primeira, a segunda e a terceira...

Com Getúlio Vargas começou, e com o atual governo insiste o Brasil no compasso de uma marcha a mais perigosa para uma democracia do continente: a da dilatação cada dia maior dos poderes do Estado, em detrimento do sistema da livre empresa. Não me canso de chamar a atenção dos colegas da maioria como da minoria, para as pedras, os bancos de areia,

os pelagos, contra os quais se lança a nossa geração política. Se há no mundo um país semi-totalitário, e que se atira como um bolido solto no ar é o Brasil. Desde 1930, que aqui se tenta, com os resultados mais desastrosos, uma expansão socialista, dissolvente, arriscada, sem o menor preparo técnico, e ninguém disso se apercebe.

Imaginamos que a queda de Getúlio Vargas, por duas vezes, matou a peçonha totalitária, quando agora ela está mais viva do que nunca. Decapitou-se o monstruoso organismo, mas o seu corpo está aí intato, e todo o ano aumentado. E o que é paradoxal e cômico, com o apoio caloroso da União Democrática Nacional. O apoio à Petrobrás lhe resume a debilidade mental.

Se Vargas tinha o escopo de, através do petróleo, elaborar uma outra máquina ainda mais robusta de intervencionismo estatal, ela não carecia de colaboradores mais dedicados do que os paredões udenistas. Como eles se enfeudaram, submissos à sua corte dirigista! Não é só o oleo: o Brasil virou intervencionista em quase tudo. Até no dinheiro. O Banco do Brasil representa 51% do crédito global dispensado.

Entre nós, a livre empresa se vê diáritamente assaltada pelos atos de invasão de um Estado, que hoje já não mais se conforma com os poderes que ele tinha até ontem. Só um tolo, diante do volume dos poderes que concentra atualmente o Estado no Brasil, ousará falar em democracia em nossa terra. Ponto essencial à vida do regime que adotamos, apenas na letra da Constituição, é a vitalidade da iniciativa privada, dentro da órbita dos seus costumes administrativos. Dia após dia, sucumbe aqui uma empresa particular, que o Estado Federal absorve, sem que as entidades partidárias de regime façam empenho em preservar, no funcionamento da vida autônoma delas, uma das fontes vivas do nosso vigor democrático.

Não há outro país no continente, em marcha mais desabalada para o totalitarismo, do que o Brasil. O instrumento dessa expansão, é o nosso delirante nacionalismo político e econômico, o qual se infiltra em todos os partidos. Tudo no Brasil é contra o Estado Novo, e tudo continua a se fazer aqui, segundo o estilo do Estado Novo, sem que uma só corrente política, a começar do Partido Republicano e da União Democrática Nacional, dê o sinal de alarma dos planos inclinados em que baixamos para a escravidão ditatorial, com o aniquilamento e o sacrifício do espírito da liberdade, no quadro da economia doméstica.

Não há dia, não há mês em que o Estado não assuma o risco e a responsabilidade de um empreendimento privado, que sucumbiu à sua pressão, seja porque ele lhe negou tarifas adequadas para viver, seja porque os salários que paga aos seus operários não consentem mais a sobrevivência de empresas particulares, paralelas às dele.

MALES DA ENCAMPAÇÃO

Quer a casa exemplos? Posso fornecê-los às dúzias. Por que os capitais ingleses da Leopoldina Railway e da Great Western largaram, nas mãos do governo, estradas, as quais nas mãos deles eram primores da ordem, de disciplina e da competência administrativa? Simplesmente por não poderem as suas finanças privadas absorver os deficits, resultantes da pressão do poder público, em favor de salários identicos ou semelhantes àqueles, que ele paga nas redes ferroviárias nacionais.

O Brasil não está prestando atenção ao drama lancinante que se tra-

va neste momento dentro da mais bem organizada, da mais progressista e da mais confortável estrada de ferro do Brasil, senão da América Latina, e que é a Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Desde que o governo federal comprou a Inglesa (hoje Santos e Jundiá), assistimos à competição de salários dos empregados e operários da estrada estatal com a outra, de característica privada.

Excede-se todo o ano o Estado em conceder aumentos ao seu pessoal da Santos-Jundiá. Entende os que trabalham na Paulista, que uma companhia particular, a qual paga dividendos, amortiza empréstimos e satisfaz juros desses empréstimos no exterior, tirando tudo isso da própria renda e não das arcas do Tesouro, pode entregar-se aos mesmos excessos de munificência que a concessionária estatal. E por isso, exigem os trabalhadores da Paulista, os mesmos salários alucinados que o poder público paga adiante, na estrada federal.

A sorte da Paulista está tirada. Não poderá ela sobreviver, como empresa particular, porque quem a trucidou é o próprio Estado, impedindo-lhe um tratamento ao seu pessoal, que é intolerável à saúde das finanças privadas.

Se para satisfazer à equiparação dos salários da sua gente aos da Inglesa, entrar a Paulista e pedir elevação de tarifas, que vai acontecer?

O transporte rodoviário, que já lhe devora a carga fina, acabará também levando a própria carga pesada. Aliás, o café já trafega, em muitos pontos de São Paulo, em caminhões, mediante fretes mais baratos que os das estradas de ferro.

O Sr. Gaspar Velloso — O que V. Ex.^a está afirmando é a expressão da verdade.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Oh, como eu gostaria que o Brasil tivesse tomado, em matéria de transportes ferroviários, os conselhos da missão Montagu ao presidente Bernardes!

A casa há de permitir que eu encerre as considerações que venho fazendo em torno desta casa de Orates, que é a Petrobrás. Ela começa por não ter cabeça dirigente.

Disse o seu presidente a um americano, técnico de óleo, que a em-

presa que ele preside era a maior da América Latina. Haverá maior ridículo, conceito mais estapafúrdio do que o que se articula nesta afirmação fora de vila e termo? Para derubar a patuasca declaração do coronel Janary Nunes, basta tornar a "Crêole" (subsidiária da Standar Oil de Nova Jersey) com mis de 1-bilhão de dólares de capital, na Venezuela. Onde, sequer de longe, suportará coitejo o monopólio estatal brasileiro com a técnica avançada das empresas privadas, operando noutros países?

Disse-me várias vezes, aqui no Rio o Sr. Hoover, que as disponibilidades do lençol baiano são das mais escassas. Não devíamos depositar excessiva confiança na capacidade produtiva dos seus poços. Entretanto, com uma insensatez de demente, a Petrobrás realiza aquilo que o Sr. Hoover recomendava não se fizesse no Recôncavo: "economia preadatória". É possível a exploração com qualquer das cinco ou seis grandes companhias de capital privado que operam na Venezuela? O ano findo, a Venezuela levou ao fundo da terra 1.163 vezes as suas sondas. O Brasil, esse, perfurou 73 poços, a grande maioria dos quais vazios. Positivos, positivos de verdade, apenas tivemos, os que se abriram no campo já conhecido da Bahia, onde a Petrobrás realiza um processo de canibalização, o qual fôra um crime contra o povo baiano, se a própria empresa já não fôra outra. Não tendo, porém, encontrado óleo em nenhum outro lugar do Brasil como se conduziu a Petrobrás? Depredando o único lençol existente e em atividade, e que antecede à sua fundação.

E quanta demagogia se faz em torno dos poços da Bahia, inventando-se toda sorte de fantasias para que o governo não abra mão do monopólio estatal do petróleo!

O Brasil e a Argentina são os dois únicos países do mundo que oferecem o ridículo deste espetáculo: a agricultura e a pecuária sustentando o delírio nacionalista do petróleo explorado pelo governo. A nossa condição aqui ainda é pior do que no Prata. Porque é só uma categoria de exportação a aguentar o petróleo. Sobre os ombros do pobre café, cai todo o peso da importação do óleo. E a agricultura não se ergue contra a brutalidade desse movimento que

a deixa na maior miséria, sem fôstos sequer para reabilitar os seus solos, contanto que o país pague a vesania jacobina do "petróleo é nosso".

É preciso extinguir a Petrobrás por incompatível com a solução rápida que precisa e deve ter o nosso petróleo. O Estado é o mais inibido de todos os produtores. Carecemos de explorar intensivamente as nossas reservas, para dar ao país alívio da sangria de 300 milhões de dólares que ele sofre com o consumo do combustível estrangeiro.

Observam-se os esforços do nacionalismo petrolífero para impedir a implantação da indústria petroquímica nas mãos da iniciativa privada. O óleo já se foi. Em seguida, as refinarias e, agora, a indústria petroquímica. Por que preço não iremos pagar a produção dessa indústria nas mãos de um Estado leonino e inepto como dá, todos os dias, provas o Estado brasileiro?

Que fazem os partidos políticos, filhos da democracia e, portanto, seus guardas vigilantes, que não vêm para onde nos leva esta capitulação, diante de um Estado de rapinagem, que dia a dia abocanha mais as fontes de riqueza do país? Que indústria petroquímica se poderá estabelecer aqui, com a Petrobrás ao leme, impostora e petulante, a ditar as aplicações do capital privado no negócio?

Em matéria de óleo, como desconfinança xenófoba, estamos abaixo da Índia. Até no caso da "Assam Oil", foi decidido o princípio da cooperação do capital privado, com o Estado, podendo esse capital ser até mesmo estrangeiro. O Estado industrial reservou apenas um certo controle seu das companhias privadas, inclusive da parte dos compromissos com o capital estrangeiro.

O onda monopolística é tão alta que até o governador de São Paulo, partidário conhecido da livre empresa, vem estimulando o desastre de uma nova siderurgia estatal em São Paulo, quando Volta Redonda, a Belgo-Mineira e os irmãos Jafet poderiam os três levantar a mais de 400 mil toneladas a sua produção, e fazer tudo o que se intenta produzir na Cosipa, incluídas as chapas de 60 e 85 polegadas de largura.

Terra de economia pobre como a nossa, o que aqui se deverá fazer em

unificar cada vez mais os organismos industriais, a fim de fazer baratear os custos de uma produção dia a dia mais gravosa.

O SR. Presidente — Comunico ao nobre orador, que o tempo está por terminar.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Somos uma democracia liberal "sui generis". Os nossos republicanos são a fauna mais estranha que existe no globo. Saímos, faz doze anos, dos subterrâneos de um Estado autoritário que esmagava o homem e seus direitos políticos e humanos, e as liberdades constitucionais com o peso da maior máquina de opressão que ainda viu o Brasil. Hoje, a opinião liberal ressuscita. Floriano Peixoto e outros energúmenos desajustados do Brasil novo, para restaurar aquilo que as hordas do Estado Novo mobilizaram para arrasar aqui as conquistas do direito e da liberdade.

Senhor presidente: o Brasil não tem partidos políticos, dignos desse nome, mas pelotões de jardim de infância, fazendo exercícios primários com escopetas de pau etc.

(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado).

GABINETE DO SR. VICE PRESIDENTE

PORTARIA N.º 4, DE 24 DE MARÇO DE 1958

O Vice-Presidente do Senado Federal, de conformidade com o disposto na Resolução n.º 3, de 1958,

Resolve designar Pedro Paulo Cristofaro, Tradutor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, para exercer as funções de seu Oficial de Gabinete.

Senado Federal, em 24 de março de 1958. — Apolônio Sales.

Associação Interparlamentar de Turismo

GRUPO BRASILEIRO

São convidados os Senhores Deputados e Senadores, Membros do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo, para uma reunião, às dezessete (17) horas, no Palácio Tiradentes, na próxima quinta-feira, dia 27 do corrente, a fim de tratar de assuntos gerais do Grupo. — Deputado Gurgel do Amaral, Presidente

